

Resumos 11ºano Geografia

Agricultura

Sector primário- grupo de atividades económicas que se dedica à exploração dos recursos que a natureza disponibiliza ao homem. Engloba a agricultura, a pesca, a pecuária, a silvicultura, a extração mineira, entre outras.

Agricultura- atividade económica do sector primário cujo objetivo consiste na produção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal retiradas do solo.

Produto interno bruto (PIB) - valor de todos os bens e serviços produzidos num país, por empresas nacionais, ou estrangeiras, num dado período, geralmente um ano.

Valor acrescentado- Diferença entre o valor da produção e o valor dos custos de produção.

PAB (produto agrícola bruto) - valor final da produção agrícola de um país. Inclui a pecuária e silvicultura, para além da agricultura.

O sector agrícola, mantém algum peso na criação de emprego, e detém uma grande importância na ocupação do espaço e na preservação da paisagem, constituindo mesmo a base económica essencial de alguns áreas acentuadamente rurais do país. Além disso contribui para o PIB dos países.

Regiões agrárias:

- Entre douro e Minho
- Trás-os-Montes
- Beira litoral
- Beira interior
- Ribatejo e oeste
- Alentejo
- Algarve
- Região autónoma da madeira
- Região autónoma dos açores

Características da agricultura:

- **Tradicional de autoconsumo e subsistência:**
 - Produtividade baixa;
 - Uso de utensílios/objetos obsoletos;
 - Elevado número de trabalhadores;
 - Uso de fertilizantes naturais que promovem a produção sem prejudicar o solo;
 - Qualidade superior à quantidade;
 - População com experiências mas com formação adequada;
 - Predomina a policultura em áreas pequenas (minifúndios);
- **Agricultura moderna ou de mercado**
 - Produtividade elevada;
 - Uso de tecnologias modernas;
 - Baixo número de mão-de-obra;
 - Uso de fertilizantes/ pesticidas que promovem a produção em grande mas sem ter preocupações ambientais;
 - Quantidade superior à qualidade;
 - População com elevados níveis de formação;

- Predomina a monocultura praticada em áreas com vários hectares (latifúndios);

Agricultura tradicional:

- **Itinerante sobre queimada**

É um dos métodos utilizados na agricultura, e consiste: o agricultor lança o fogo (depois de cortar as árvores), servindo-se das cinzas para fertilizar o solo. Faz o cultivo desse terreno durante 2 ou 3 anos (até os solos ficarem esgotados) e depois procura novos lugares onde repete todo o processo. É aplicada em áreas de agricultura descapitalizada. A produção é feita em pequenas e médias propriedades como também em grandes latifúndios (propriedade agrícola de grande extensão). Este método é feito por mão-de-obra familiar, e as técnicas usadas são tradicionais e rudimentares. Os alimentos mais produzidos são o milho, nabo, rabanete, entre outros. Esta técnica é mais usada em PED localizados em África, América Latina e Ásia central.

- **Sedentária de sequeiro**

É uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde a chuva é mais escassa. É um cultivo sem irrigação. Sequeiro deriva da palavra seco. Predomina nas regiões de savana, típica no continente africano. Faz-se em sistema de policultura extensiva associada à criação de gado. Pratica-se o sistema de rotação das culturas para evitar o esgotamento dos solos.

- **De oásis**

É o tipo de agricultura praticada no norte de África nas regiões oásis (lugar, em pleno deserto, onde, devido à existência de água, há vegetação, se fazem culturas e se cria gado), caracteriza-se pela intensidade de ocupação do solo, pelo sistema de policultura e pela extrema divisão da propriedade (minifúndios).

- **Da Ásia das monções ou rizicultura**

É uma forma de agricultura muito comum na Ásia das monções, pois está equilibrada com o clima quente e húmido e com a forte densidade populacional onde são utilizadas técnicas agrícolas muito simples, pormenorizado, e intensivas, fazendo uso da grande quantidade de mão-de-obra existente. As técnicas de cultivo são pouco evoluídas e a utilização de adubos é muito baixa. Desta forma, utilizam como fertilizantes, os excrementos de animais, do homem e as próprias raízes da planta. Contudo, apesar da cultura do arroz ser a principal atividade da região, a rizicultura não constitui propriamente uma monocultura (cultura de uma só espécie agrícola), pois as áreas das encostas e dos planaltos, tanto são ocupadas pela cultura de arroz, como pela cultura de chá ou sorgo.

Agricultura moderna:

- **De plantação**

Pratica-se este tipo de agricultura América do Sul, África e Ásia. É uma agricultura que utiliza processos modernos, e tem como objetivo atingir o máximo rendimento e produtividade. As explorações são de grande dimensão (latifúndio) e é uma agricultura especializada numa espécie (monocultura), a produção é destinada ao mercado nacional e internacional. Neste tipo de agricultura mão-de-obra é abundante e mal remunerada, utiliza técnicas muito evoluídas, visto que tem em vista a obtenção de produtos de qualidade em grandes quantidades.

- **Do tipo norte-americano**

Este tipo de agricultura é muito mecanizada, e recorre a técnicas muito modernizadas. Além disso este tipo de agricultura é feito em latifúndios, e é de alta produtividade.

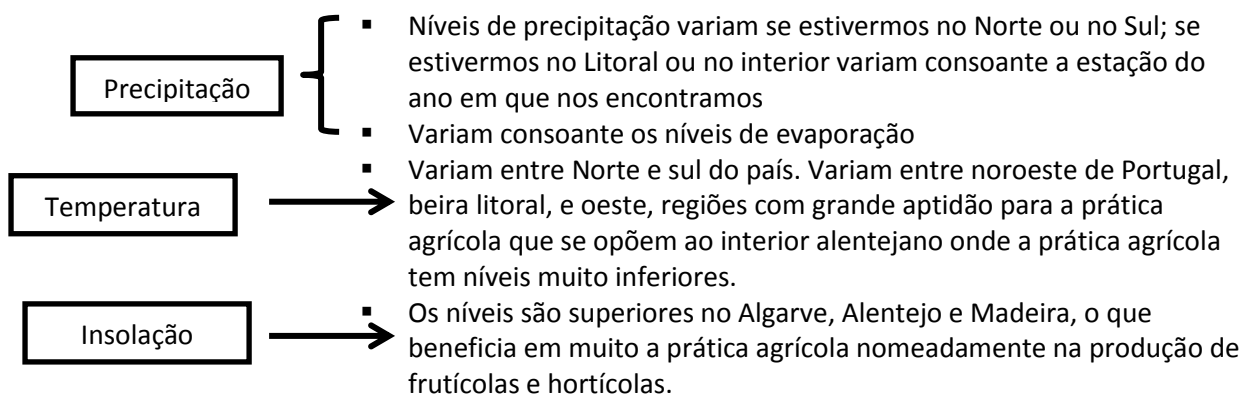
- **Do tipo europeu**

É uma agricultura praticada em terras de pequena e média dimensão, é bastante mecanizada e recorre muito a fertilizantes químicos. A agricultura europeia tem tido inúmeras transformações e com progressos para uma especialização cada vez mais acentuada, tendo em mente corrigir o excesso de produção em determinados aspetos. Esta tendência acentuou-se com a criação da PAC (política agrícola comum) que através de subsídios tentou diminuir as produções excedentárias.

Principais fatores condicionantes da agricultura:

- **Principais fatores físicos:**

- ✓ **Clima**



- ✓ **Relevo**

- As maiores altitudes localizam-se no interior Norte e centro, já as áreas de planície são muito mais comuns no litoral e no sul do país. Qualquer área do país pode ser adequada para a prática agrícola apesar dos condicionalismos físicos se escolhermos as espécies que melhor se adequem nas planícies. Nos relevos planos, a fertilidade dos solos é geralmente maior, assim como a possibilidade de modernização das explorações. Se o relevo é mais acidentado, a fertilidade dos solos torna-se menor e há maior limitação no uso de tecnologia agrícola e no aproveitamento e organização do espaço.
- ✓ **Recursos hídricos**
 - É fundamental para a produção agrícola, pelo que esta se torna mais fácil e abundante em áreas onde a precipitação é maior e mais regular. Em áreas de menor precipitação é necessário recorrer a sistemas de rega artificial. Também depende da permeabilidade das rochas. No norte onde predomina o granito, a rocha é mais impermeável, logo o caudal dos rios é maior. No centro predomina o calcário, a rocha é mais permeável, logo o caudal dos rios é menor. No sul predomina o mármore, é mais impermeável, logo o caudal dos rios é maior. No sul os caudais dos rios são menores, não tanto por causa das rochas, mas sim pela escassez de água.
- ✓ **Fertilidade do solo**
 - Depende das características geológicas, do relevo e do clima) e criada pelo homem (fertilização e correção dos solos), influencia diretamente a produção, tanto em quantidade como em qualidade.

Principais fatores humanos:

- ✓ **Densidade populacional**
 - Existem grandes assimetrias entre o Norte o Sul do país, e o litoral e o interior, que levam a uma maior concentração da prática agrícola em determinadas áreas.
- ✓ **Passado histórico**
 - A conquista e o povoamento do país- que leva a que ainda hoje haja uma maior concentração da população no Norte do que no Sul. A este aspeto temos que associar a momentos históricos, como por exemplo os descobrimentos que fizeram do litoral uma área muito mais povoada do que o interior.
- ✓ **Estrutura fundiária**
 - Sendo assim a propriedade no Norte sempre foi de menor dimensão (minifúndio) associada à uma agricultura de subsistência ou de autoconsumo, e daí que predomina o sistema de cultura policultural em regime intensivo, e com espécies que necessitam de água. Já no sul acontece o oposto.

✓ **Objetivo da produção**

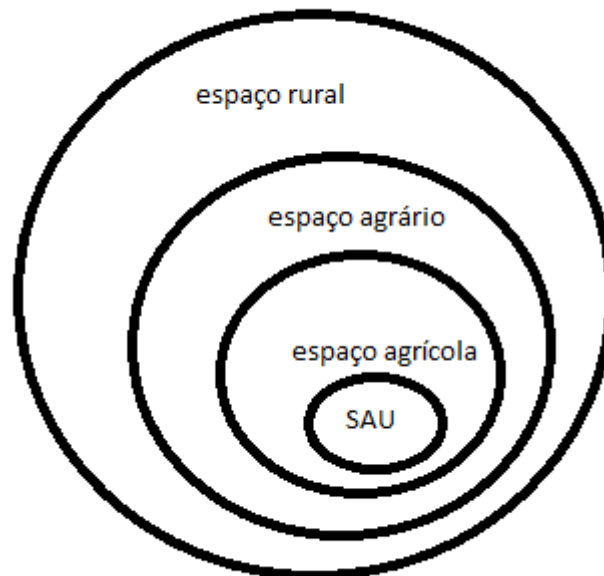
- Quando a produção se destina ao autoconsumo, as explorações são geralmente de menor dimensão e muitas vezes, continuam a utilizar técnicas mais artesanais, se a produção se destina ao mercado, as explorações tendem a ser de maior dimensão e mais especializadas em determinados produtos.

✓ **Tecnologias e práticas utilizadas**

- Utilizando tecnologia moderna (máquinas, sistemas de rega, estufas, etc.), contribui para uma maior produtividade do trabalho e do solo

✓ **Políticas agrícolas**

- São orientações e medidas legislativas- quer nacionais quer comunitárias (UE), são atualmente fatores de grande importância, uma vez que influenciam as opções dos agricultores, relativamente aos produtos cultivados, regulamentam práticas agrícolas, como a utilização de produtos químicos, criam incentivos financeiros, apoiam a modernização das explorações, etc.



Espaço rural- parte significativa do território português e nele se desenvolvem as atividades agrícolas, mas também outras, como o artesanato, o turismo e a produção de energias renováveis que, atualmente têm cada vez mais expressão.

Espaço agrário- áreas ocupadas com a produção agrícola (vegetal e animal), pastagens e florestas, habitações dos agricultores e ainda infraestruturas e equipamentos associados à atividade agrícola (caminhos, canais de rega, estábulos, etc.)

Espaço agrícola-área utilizada para a produção vegetal e/ou animal

Superfície agrícola útil (SAU) - área do espaço agrícola ocupada com culturas

Estrutura agrária- consiste no conjunto de espertos externos (forma de parcelas) que caracterizam o espaço agrário.

Paisagens agrárias:

- **Sistema de cultura:** (conjunto de plantas cultivadas, forma como estas se associam e técnicas utilizadas no seu cultivo- são diferentes de região para região, devido essencialmente a fatores relacionados com o relevo, o clima e os solos)
 - **Ocupação do solo:**
 - ❖ **Intensivo** (o solo é total e continuamente ocupado)
 - ❖ **Extensivo** (não há ocupação permanente e contínua do solo)
 - **Culturas:**
 - ❖ **Policultura** (mistura de culturas no mesmo campo e colheitas que se sucedem umas às outras)
 - ❖ **Monocultura** (cultivo de um só produto no mesmo campo)
 - **Necessidade de água:**
 - ❖ **Regadio** (que precisa de rega regular)
 - ❖ **Sequeiro** (com pouca necessidade de água)
- **Morfologia dos campos:**
 - **Dimensão:**
 - ❖ **Minifúndio** (pequeno)
 - ❖ **Médio**
 - ❖ **Latifúndio** (grande)
 - **Forma:**
 - ❖ **Regular**
 - ❖ **Irregular**
 - **Vedação:**
 - ❖ **Campo aberto** (sem qualquer vedação)
 - ❖ **Campo fechado** (com muros ou renques de árvores e arbustos que delimitam a propriedade e protegem as culturas do vento e da invasão do gado)
- **Povoamento**
 - ❖ **Disperso**- próprio de regiões ricas em água como o noroeste de Portugal;
 - ❖ **Misto**
 - ❖ **Concentrado**- comum em regiões mais secas como o Alentejo em que a população se concentra junto das fontes ou cursos de água;

A dimensão da superfície agrícola útil (SAU) está associada à extensão das explorações, pelo que apresenta também uma distribuição regional marcada pela desigualdade, salientando-se o Alentejo com cerca de metade da SAU nacional.

Razões pela qual a SAU varia em Portugal:

A desigual distribuição de SAU deve-se, essencialmente, às características do relevo e da ocupação humana. O relevo aplanado, a fraca densidade populacional e o povoamento

concentrado permitem a existência de vastas extensões de áreas cultivadas, no Alentejo. Nas regiões de relevo mais acidentado, maior densidade populacional e povoamento disperso, como a madeira, a beira litoral e entre douro e Minho, a área ocupada pela SAU é menor.

SAU engloba:

- **Terras aráveis-** ocupadas com culturas temporárias (de ciclo vegetativo anual ou que têm de ser ressemeadas com intervalos inferiores a cinco anos) e com os campos em pousio. Predomina na Beira Litoral, e região autónoma da madeira.
- **Culturas permanentes-** plantações que ocupam as terras durante um longo período de tempo como um olival, uma vinha, um pomar, etc. Predomina nos Trás-os-Montes e Algarve.
- **Pastagens permanentes-** áreas onde são semeadas espécies por um período superior. Predomina entre douro e Minho, Beira interior, Açores, Ribatejo e oeste, Alentejo.
- **Horta familiar-** superfície ocupada com produtos hortícolas ou frutos destinados a autoconsumo.

Fatores humanos e naturais que condicionam a SAU:

Na beira interior, as terras aráveis ocupam mais de metade da SAU, seguidas das culturas permanentes. As culturas permanentes têm maior importância no Algarve e na Madeira, onde a produção de frutas e vinhos é importante. As pastagens permanentes ocupam a quase totalidade da SAU nos açores, onde as condições climáticas favorecem a formação de prados naturais e a criação de gado bovino é muito importante, e cerca de dois terços no Alentejo, onde o aumento de pastagens permanentes reflete o investimento na criação de prados artificiais, com recursos a modernos sistemas de rega, sobretudo para o gado bovino.

Formas de exploração da SAU:

- **Contra própria-** o produtor é também o proprietário
- **Arrendamento-** o produtor paga um valor ao proprietário da terra pela sua utilização.

Vantagens e desvantagens de conta própria:

A exploração por conta própria é habitualmente considerada mais vantajosa. O proprietário procura obter o melhor resultado possível da terra mas, como está a cuidar do que é seu, preocupa-se com a preservação dos solos e investe em melhoramentos fundiários, como a construção de redes de drenagem, a colação de instalações de rega permanentes, etc.

Os proprietários podem ter um papel decisivo na comunidade rural, participando na preservação da paisagem e das espécies autóctones, na prevenção de fogos florestais, etc. Podem também com maior facilidade, aliar a atividade agrícola a outras, contribuindo para a diversificação da base económica e para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Vantagens e desvantagens por arrendamento:

O arrendamento pode ser desvantajoso, pois os arrendatários nem sempre se interessam pela valorização e preservação das terras, preocupando-se mais em tirar delas o máximo proveito durante a vigência do contrato. Porém, o arrendamento pode evitar o abandono das terras, nos casos em que o proprietário não possa ou não queira explorá-las.

Apesar das dificuldades impostas pela dimensão média das explorações sobretudo no norte do país e na madeira, tem-se verificado uma tendência de aumento do valor da produção vegetal e animal.

As pequenas oscilações anuais dos valores da produção vegetal resultam da alteração dos preços de mercado e das diferentes condições meteorológicas verificadas durante os ciclos vegetativos.

No sector vegetal, a superfície ocupada pelas principais culturas e o volume da produção de cada uma delas apresenta também algumas desigualdades.

Rendimento agrícola- Relação entre a quantidade produzida e a superfície produzida, avaliando em toneladas por hectare.

Nem sempre uma maior área de cultivo corresponde a uma maior produção, ou seja, existem diferenças no rendimento agrícola. Essas diferenças advêm das próprias características das culturas (por exemplo o trigo e a oliveira ocupam maior extensão de solo), da fertilidade dos solos (natural ou induzida pelo agricultor) e das tecnologias utilizadas.

Produtividade agrícola- produção ou valor da produção por trabalhador ou por unidade de tempo, num determinado período, medindo-se por toneladas por trabalhador.

Aspetos importantes que marcaram a agricultura em Portugal

- **Romanos-** foram eles que introduziram novos cereais como por exemplo trigo, aperfeiçoaram técnicas de rega e de distribuição da água e desenvolveram o cultivo da vinha e de algumas árvores de frutos.
- **Árabes-** ocuparam progressivamente a península ibérica a partir do ano de 711, a eles se devem algumas espécies frutícolas (romã, laranja, limão, tangerina e amêndoa) e ainda formas de captação e de distribuição de água, bem como de irrigação, caso da nora e picanço.
- **Idade média-** o desenvolvimento agrícola prosseguiu com o arroteamento de terras em regiões que foram sendo conquistadas e incorporadas no território português e nas quais as ordens militares assumiram um papel importante.
- **Descobrimientos-** os descobrimientos estiveram na introdução de culturas que hoje desempenham um papel importantíssimo nos hábitos alimentares dos portugueses. É o caso do milho (originário da América), como da batata. Nos séculos XVII e XVIII com o desenvolvimento da vinha para fins comerciais, o homem desenvolveu uma autêntica luta contra a natureza, através da construção de socalcos nas vertentes dos rios.

Problemas associados ao sector agrícola português:

- Decréscimo da população ativa neste sector de atividade;
- Baixa qualificação profissional/formação da população ativa deste sector;
- Idade avançada da população que ocupam este sector;
- Diminuição da superfície agrícola total;
- Diminuição do número de explorações;
- O número de blocos (componente das parcelas) diminui bastante;
- Estrutura de utilização das terras sofreu alterações significativa em termos de concentração;
- Diminuição da exploração arrendadas;
- A área da superfície irrigada diminui;

- Decréscimo das culturas praticadas de uma forma geral, a que não são alheias as alterações introduzidas pela PAC que nos últimos anos tem incentivado à não produção de acordo com a aptidão dos solos;

Culturas tradicionais:

- Vinho
- Azeite
- Batata

Culturas emergentes:

- Fruticultura
- Horticultura

Culturas industriais:

- Tomate
- Girassóis
- Tabaco

- **Norte litoral:**

- **Entre Douro e Minho:**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios, campos fechados e de forma irregular.

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: predomina o disperso;

Sistemas de cultura: intensivo e policultural;

Sistema de rega: regadio;

Principais produções: Cereais: milho; Culturas tradicionais: Vinha, batata; Culturas emergentes: Frutos secos, feijão abóbora, e hortaliças; Culturas industriais

- **Beira Litoral**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios, campos fechados e de forma irregular.

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: concentrado;

Sistemas de cultura: intensivo e policultural;

Sistema de rega: regadio;

Principais produções: Cereais: milho; Culturas tradicionais: batata, vinha; Culturas industriais: Tomate;

Norte interior:

- **Trás-os-Montes**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: Concentrado

Sistema de Culturas: Extensivo, monocultural

Sistema de Rega: Sequeiro

Principais Produções: Cereais: trigo; Culturas tradicionais: vinha, azeite, batata; Culturas emergentes: fruticultura: maçãs e frutos secos; horticultura; Culturas industriais: Com um peso menor o tabaco

- **Beira Interior**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios;

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: Concentrado;

Sistema de Culturas: Extensivo, monocultural;

Sistema de Rega: Sequeiro;

Principais Produções: Cereais: trigo; Culturas tradicionais: vinha, azeite, batata; Culturas emergentes: fruticultura: maçãs, pêsegos e frutos secos; horticultura; Culturas industriais: Com um peso menor o tabaco

- **Ribatejo e oeste**

Propriedade e exploração da terra: latifúndios, campos abertos e forma regular;

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: Maioritariamente concentrado;

Sistema de Culturas: Extensivo, monocultural;

Sistema de Rega: Regadio;

Principais Produções: Cereais: milho e arroz; Culturas tradicionais: vinha, batata; Culturas emergentes: Fruticultura: maçã, pêsego, citrinos; Culturas industriais: tomate;

Alentejo

Propriedade e exploração da terra: latifúndios, campos abertos e forma regular;

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: concentrado

Sistema de Culturas: Extensivo, monocultural;

Sistema de Rega: Sequeiro;

Principais Produções: Cereais: trigo, milho e arroz; Culturas tradicionais: Vinha, batata e azeite; Culturas emergentes: Fruticultura: melão e citrinos; produtos hortícolas; Culturas industriais: Tomate e girassol

- **Algarve:**

Propriedade e exploração da terra:

Zonas de altitude: latifúndio;

Zona litoral: minifúndios;

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: predomina o concentrado

Sistema de Culturas: Intensivo, policultura; extensivo, monocultural.

Sistema de Rega: regadio/sequeiro

Principais Produções: Culturas emergentes: **Litoral:** Citrinos, pêsegos e produtos hortícolas, floricultura; **Zona de altitude:** Sobreiro, alfarrobeira, figueira; Culturas industriais: tomate.

- **Madeira:**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios, campos fechados e de forma irregular.

Exploração da terra: a exploração por conta própria predomina;

Tipo de povoamento: misto

Sistema de Culturas: Intensivo, policultural;

Sistema de Rega: regadio

Principais Produções: Cereais: milho; Culturas tradicionais: Vinha; Culturas emergentes:

Fruticultura: banana; ananás, anona; maracujá; Culturas Hortícolas; Culturas industriais: cana-de-açúcar

- **Açores**

Propriedade e exploração da terra: minifúndios, campos fechados e de forma irregular.

Exploração da terra: arrendamento predomina;

Tipo de povoamento: disperso

Sistema de Culturas: Intensivo, policultural;

Sistema de Rega: regadio

Principais Produções: Culturas tradicionais: batata e milho. Culturas emergentes: fruticultura: ananás e batata-doce; Culturas industriais: tabaco; chá e beterraba sacarina

População agrícola:

A população ativa agrícola diminuiu bastante nos últimos decénios, devido à modernização da agricultura e à melhor oferta de emprego nos outros sectores de atividade.

Esta oferta tem aumentado provocando o êxodo agrícola- transferência de mão-de-obra para outros sectores de atividade, ainda que mantendo a residência nas áreas rurais. Tal evolução influenciou a estrutura etária da população agrária portuguesa e contribuiu para o seu envelhecimento.

O nível de instrução dos agricultores, embora tenha vindo a aumentar, é ainda relativamente baixo. A formação profissional da larga maioria dos agricultores continua a ser exclusivamente prática. A transmissão de conhecimentos e experiências de pais para filhos apresentasse ainda como o principal modo de formação. Só uma pequena parte da população agrícola tem formação profissional.

Consequências das características da população agrícola:

O envelhecimento e os baixos níveis de instrução e de formação dos agricultores constituem um entrave ao desenvolvimento da agricultura, nomeadamente no que respeita à adesão a inovações (tecnologia, métodos de cultivo, práticas amigas do ambiente, etc.), à capacidade de investir e arriscar, e à adaptação às normas comunitárias de produção e de comercialização.

Composição da mão-de-obra agrícola:

A mão-de-obra agrícola é essencialmente familiar, representando cerca de 80% do volume de trabalho. Nas regiões com maior dimensão média das explorações, a importância da mão-de-obra agrícola não familiar é mais relevante, sobretudo devido à maior especialização da agricultura que é mais exigente na qualificação da mão-de-obra.

(As mulheres representam oficialmente um quarto do total da população ativa neste sector, mas a realidade pode estar subestimada, uma vez que muitas mulheres que trabalham na agricultura identificam-se como domésticas)

Pluriatividade - prática em simultâneo, do trabalho na agricultura e noutras atividades. Pode ser encarada como uma alternativa para aumentar o rendimento das famílias dos agricultores. Deste modo as famílias rurais tendem a ser multifuncionais.

Plurirrendimento- acumulação dos rendimentos provenientes da agricultura com os de outras atividades.

Atualmente, os rendimentos da maioria dos agregados famílias agrícolas provém principalmente de outras atividades exteriores à exploração.

Agricultura portuguesa:

Problemas:

- Predomínio das explorações agrícolas de pequena dimensão;
- Baixa densidade populacional e envelhecimento demográfico nos meios rurais;
- Baixos níveis de instrução dos agricultores;
- Insuficiente nível de formação profissional dos produtores;
- Baixo nível de adesão às tecnologias de informação e comunicação nas zonas rurais;
- Fraca capacidade de inovação e modernização;
- Défice de gestão empresarial e de organização voltada para o mercado;
- Falta de competitividade externa;
- Imagem dos produtos agrícolas portugueses pouco desenvolvida no mercado externo;
- Dificuldades de autofinanciamento e acesso ao crédito;
- Fraca ligação da produção agrícola e florestal a indústria;
- Abandono de espaços rurais;
- Elevada percentagem de solos com fraca aptidão agrícola;
- Riscos de desertificação em vastos territórios rurais;
- Fraca sustentabilidade social e económica das áreas rurais;
- Dependência externa;
- Baixos níveis de rendimento;
- Irregularidade climática;
- Introdução de transgénicos (OMGS – todo o organismo cujo matéria genético foi manipulado de modo a favorecer alguma característica desejada;
- Degradação de a poluição dos solos;
- Superprodução / sobreprodução

Potencialidades:

- Condições climáticas propícias para certos produtos, em especial os mediterrânicos;
- Boas condições de sanidade vegetal;
- Existência de recursos genéticos com vocação para o mercado;
- Aumento da especialização das explorações;
- Aumento da disponibilidade de água para rega;
- Potencial de produção com qualidade diferenciada para azeite, as hortofrutícolas, o vinho e produtos da floresta;
- Existência de um número significativo de denominações de origem;
- Potencial para produzir com qualidade e diferenciação;
- Aumento da vocação exportadora de alguns produtos;
- Pluriatividade da população agrícola nas áreas com maior diversificação do emprego, o que ajuda a evitar o abandono;
- Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente;

Dependência externa:

A balança alimentar portuguesa continua a ser deficitária em grande parte dos produtos, mantendo-se, assim, uma forte dependência externa.

A insuficiência da produção nacional não explica, só por si, o saldo negativo da balança alimentar portuguesa. A livre circulação de mercadorias na UE facilita a importação de produtos agrícolas, mesmo daqueles que o nosso país é autossuficiente.

As modernas facilidades de transporte, a agressividade de marketing, a globalização da economia e o aumento da exigência dos consumidores portugueses também favorecem a importação de produtos agrícolas de outros países do mundo.

Os problemas estruturais da agricultura portuguesa refletem-se nos níveis de rendimento e de produtividade que ainda se situam bem abaixo da média da UE.

Para avaliar os níveis de rendimento de rendimento da agricultura são, habitualmente, utilizados indicadores definidos a nível comunitário, dos quais se destaca:

- **Rendimento de fatores**- indicador económico que permite medir a remuneração dos fatores de produção e é calculado subtraindo, ao VAB líquido a preços de base, os impostos sobre produção e somando os subsídios à produção;
- **Rendimento empresarial líquida**- saldo contabilístico obtido pela soma do excedente líquido de exploração e dos juros recebidos pelas unidades agrícolas constituídas em sociedade, à qual se deduzem as rendas (rendas de terrenos e parcerias) e os juros pagos.

A produtividade da agricultura está diretamente relacionada com a mão-de-obra e depende de fatores como as tecnologias utilizadas, a formação profissional e o grau de mecanização. Nos últimos decénios, verificou-se um crescimento significativo da produtividade, resultado da redução do volume de mão-de-obra que, por sua vez, reflete as mudanças de agricultura portuguesa, nomeadamente no que respeita à mecanização.

Fatores que diminuem a nossa produtividade agrícola:

- Condições meteorológicas irregulares, e muitas vezes, desfavoráveis;
- Características da população agrícola: envelhecida e com baixos níveis de instrução e de formação profissional;
- Utilização ainda muito significativa de técnicas tradicionais;
- Uso inadequado de adubos e pesticidas;
- Predomínio de explorações de pequena dimensão;
- Desajustamento frequente das culturas às aptidões dos solos;
- Elevados custos de produção, incluindo custos de combustíveis e impostos superiores aos da maioria dos países da União Europeia.
- Pesados encargos financeiros do crédito a que os agricultores têm de se sujeitar para modernizar as suas explorações;

Como potencializar a nossa agricultura:

Para aumentar os níveis de rendimento e de produtividade, a agricultura portuguesa tem de acelerar o seu ajustamento estrutural e apostar na modernização e na orientação para o mercado, aproveitando todas as nossas potencialidades endógenas.

Em Portugal mais de metade dos solos tem uma boa aptidão agrícola para floresta e apenas cerca de um quarto para a agricultura. A área ocupada com atividade agricultura continua a ser superior à dos solos com aptidão para a agricultura. No entanto muitas atividades agrícolas se desenvolvem em solos pouco aptos para agricultura. Além disso, os agricultores escolhem as espécies a cultivar sem estudos prévios que permitem uma boa adequação entre a aptidão natural e uso do solo.

A aplicação inadequada dos sistemas de produção, constitui outro problema, pois conduz ao empobrecimento e à degradação dos solos. Por exemplo:

- No sistema extensivo, a utilização do pousio absoluto, sem recursos às culturas forrageiras ou às pastagens artificiais, facilita a erosão dos solos, uma vez que, sem cobertura vegetal, os seus horizontes superficiais ficam mais expostos aos agentes erosivos;
- A prática de monocultura conduz ao empobrecimento e esgotamento de determinados nutrientes do solo essenciais ao desenvolvimento das culturas;
- A excessiva mecanização, sobretudo a utilização de máquinas pesadas, contribui também para a compactação dos solos;
- No sistema intensivo, a utilização excessiva ou incorreta de fertilizantes químicos e pesticidas degrada e polui os solos e diminui a fertilidade.

PAC (política agrícola comum): política desenvolvida no quadro da união europeia e que harmoniza a gestão do sector agrícola nos vários países membros.

Objetivos da PAC:

- Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima de fatores de produção, nomeadamente da mão-de-obra;
- Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- Estabilizar os mercados;
- Garantir a segurança dos abastecimentos;
- Assegurar os preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores;

Pilares da PAC:

- **Unidade de mercado:** criação de uma organização comum de mercado – OCM – para cada um dos produtores, conseguida através da definição de preços institucionais e de regras de concorrência;
- **Preferência comunitária:** pretende evitar a concorrência de produtos de outros países, através do estabelecimento de um preço mínimo para as importações e de subsídios à exploração;
- **Solidariedade financeira:** pressupõe que os custos de funcionamento da PAC sejam suportados em comum, a partir de um fundo comunitário, o FEOGA, fundo europeu de orientação e garantia agrícola:
 - ✓ **FEOGA – orientação:** financia os programas e projetos destinados a melhorar as estruturas agrícolas (construção de infraestruturas agrícolas, redimensionamento das explorações)

- ✓ **FEOGA- garantia:** financia as despesas de regulação dos preços e dos mercados (apoio direto aos agricultores, despesas de armazenamento, restituições às exportações, etc.)

Em 2005 foram criados o FEAGA- fundo europeu agrícola de garantia e o FEADER – fundo europeu agrícola para o desenvolvimento rural – que substituíram o FEOGA.

Consequências positivas do incremento da PAC:

- Produção agrícola triplicou;
- Reduziram-se a superfície e a mão-de-obra utilizadas;
- Aumentaram a produtividade e o rendimento dos agricultores;

Principais problemas gerados pela aplicação da PAC:

- Criação de excedentes agrícolas em quantidades impossíveis de escoar nos mercados, gerando custos muito elevados de armazenamento;
- Desajustamento entre a produção e a necessidade de mercado. A oferta tornou-se maior do que a procura;
- Peso muito elevado da PAC no orçamento comunitário, comprometendo o desenvolvimento de outras políticas;
- Tensão entre os principais exportadores mundiais, devido às medidas protecionistas e à política de incentivos à exportação;
- Graves problemas ambientais motivados pela intensificação das produções com utilização de numerosos produtos químicos;

Reformas da PAC:

- **1984-** Foi instituído o sistema de quotas – inicialmente aplicado ao sector do leite, que estabelece um limite de produção para cada país;
- **1988-** Foram alargados a um maior número de sectores os estabilizadores agro-orçamentais – fixação de quantidades máximas garantidas (QMG) e de condições de descida automática dos preços na proporção de quantidade excedida;

Medidas destinadas a reduzir as terras cultivadas:

- Sistema de retirada de terras aráveis, o set-aside: forma de pousio da terra subsidiado pela UE. Este incentivo à não produção visa a reduzir os excedentes e proteger os solos menos aptos, garantindo a remuneração dos produtores;
- Regime de incentivo à cessação da atividade agrícola ou reforma antecipada;
- Reconversão dos produtos excedentários, baseada na concessão de prémios aos produtores que se comprometam a reduzir a produção;
- **1992-** reforma com principal Objetivo o reequilíbrio entre a oferta e a procura e a promoção de um maior respeito pelo ambiente;

Para atingir esses objetivos, procedeu-se a:

- Diminuição dos preços agrícolas garantidos;
- Criação de ajudas diretas aos produtores sem ligação com as quantidades produzidas;

- Definição de medidas para melhorar os sistemas de produção, de modo a torna-los mais amigos do ambiente, nomeadamente, o incentivo a:
 - ✓ Ao pousio temporário;
 - ✓ Às reformas antecipadas para os agricultores mais idosos;
 - ✓ À prática da agricultura biológica – utiliza tecnologia moderna e recorre à investigação e apoio científico excluindo, porém, fertilizantes químicos e pesticidas;
 - ✓ À silvicultura;
 - ✓ Ao desenvolvimento da pluriatividade;
 - ✓ À orientação para novas produções industriais ou energéticas;

A reforma de 1992 teve muitos resultados positivos, no entanto mantiveram-se os problemas de fundo como a ineficiência dos apoios, a intensificação dos problemas ambientais e o acentuar das diferenças de rendimento entre agricultores;

- **1999-** No âmbito a agenda 2000 (documento sobre e conjunto de questões que se colocam à UE, no âmbito do alargamento e das políticas comuns;

Funções da agricultura mais valorizadas pela política agrícola- agenda 2000:

- ✓ **Económica:** pelo tradicional papel de produção e contribuição para o crescimento económico;
- ✓ **Ordenamento do território:** por ocupar grande parte do território, constituindo a matriz de enquadramento dos restantes usos do solo;
- ✓ **Social:** por ser a principal atividade e forma de sobrevivência de numerosas comunidades rurais;
- ✓ **Ambiental:** pelo seu papel na conservação dos espaços, de proteção da biodiversidade e de salvaguarda da paisagem;

No âmbito da reforma da PAC e da agenda 2000, Portugal beneficiou ainda do aumento da quota para trigo duro e para a extensão da área irrigada no sector dos cereais, bem como do aumento dos limites dos prémios no sector pecuário. Beneficiou também do fato de o financiamento das medidas para as áreas consideradas desfavorecidas ter passado a ser feito pelo FEOGA – garantia, libertando meios do FEOGA- orientação;

Apesar das potencialidades, as medidas implementadas em 1999 não foram suficientes para resolver problemas como a falta de competitividade no mercado mundial, a desigualdade repartição dos apoios entre os produtores e entre regiões e a pressão ambiental resultante dos sistemas intensivos.

Surgiram novos desafios na PAC:

- A necessidade de aumentar a competitividade da agricultura comunitária, face às perspetivas de expansão do mercado agrícola mundial;
- O deficiente ordenamento do espaço rural e o predomínio de práticas intensivas, nefastas para o ambiente e para a segurança alimentar;
- A necessidade de afirmar e valorizar a diversidade da agricultura europeia;
- O alargamento da união a estados em que o sector agrícola tem ainda grande importância e terá de se adaptar às normas e orientações comunitárias;
- A defesa da PAC nas negociações internacionais, no quadro da OMC.

A integração da agricultura portuguesa:

A agricultura portuguesa encontrava-se economicamente e tecnicamente estagnada, quando se iniciou, em 1977, o processo de adesão:

- Contribuía com 17% para a formação do PIB e 30% para o emprego;
- A produtividade e o rendimento eram muito inferiores os dos restantes países membros;
- O investimento era muito reduzido e as técnicas pouco evoluídas;
- As infraestruturas agrícolas eram insuficientes e as características de estruturas fundiárias dificultavam o desenvolvimento do sector.
- Havia pouca experiência em matéria de concorrência nos mercados internos e externos.

Estas fragilidades foram reconhecidas no programa de pré-adesão e no tratado de adesão, o que permitiu uma integração em duas partes:

1. Decorreu até 1990. Até esse ano Portugal não esteve sujeito a regras de preços e mercados da PAC, para facilitar a adaptação. Porém beneficiou de incentivos financeiros do PEDAP – programa específico de desenvolvimento da agricultura portuguesa; cujo principal objetivo era promover uma modernização acelerada nos primeiros anos, para mais facilmente enfrentar e posterior abertura ao mercado europeu.
2. Deveria terminar em 1995. Foi marcada pela concretização do mercado único (1993) que, ao estabelecer a livre circulação de produtos, expôs prematuramente o mercado português à concorrência externa. Também nesse período, decorreu a primeira reforma da PAC o que contribuiu igualmente para tornar o processo de integração mais difícil.

Problemas que surgiram com a adesão de Portugal à UE e a PAC:

- Sofreu limitações de produção, pelo sistema de quotas, na sequência de excesso de produção para o qual não havia contribuído;
- Foi desfavorecido pelo sistema de repartição dos apoios, feitos em função do rendimento médio e da área de exploração, que beneficiava essencialmente alguns sectores e os pais que mais produziam;
- Os investimentos nos projetos cofinanciados por fundos comunitários levaram ao endividamento dos agricultores, agravada pelas taxas de juro bancária que durante muito tempo, foram as mais elevadas da União Europeia.

MEDIDAS DA VELHA PAC	MEDIDAS DA NOVA PAC
Agricultura industrial moderna	Agricultura biológica
Massificação (quantidade)	Qualidade
Produção intensiva	Produção extensiva
Prioridade ao produtor	Prioridade ao consumidor
Produção artificial na pecuária	Reprodução natural na pecuária

Uso de medicamentos antibióticos	Uso controlado de medicamentos e eliminação de uso de medicamentos
Maior consumo de produtos alimentares nacionais e estrangeiros	Maior consumo de produtos regionais e locais
Subsídios à produção	

A agricultura portuguesa, no final do segundo quadro comunitário de apoio (QCA II 1994-1999), encontrava-se apesar de tudo numa situação favorável:

- O número de explorações agrícolas diminuiu quase 40% enquanto a dimensão média das explorações aumentou de 6.3 para 9.3 há;
- Os investimentos em infraestruturas fundiárias, tecnologias e formação profissional melhoraram substancialmente com os apoios comunitários do PEDAP até 1995 e do PAMAF- programa de apoio à modernização agrícola e florestal – entre 1994 e 1999;

Reforçar a competitividade:

- Modernizar os meios de produção e de transformação, é necessário investir na tecnologia produtiva e infraestruturas; e corrigir as deficiências estruturais, pois a modernização é dificultada pela pequena dimensão das explorações, o que conduz a perdas de tempo, ao aumento de despesas e à impossibilidade de adotar métodos de cultivo mais racionais. O aumento da dimensão das explorações poderá conseguir-se pelo emparcelamento- agrupamento de parcelas ao nível da propriedade, do direito de uso, do cultivo- que permitirá melhorar a organização da produção e rendibilidade dos fatores de produção, para aumentar o rendimento e a produtividade;
- Produzir com qualidade
- Melhorar os circuitos de distribuição e comercialização pois é necessário potencializar o sector agrário, com criação de condições para o escoamento da produção, o que passa pela organização dos produtores e pela melhoria das redes de distribuição e comercialização e incentivar o associativismo (organização de produtores em cooperativas, associações ou por outras formas que permite:
 - ❖ Defender melhor os interesses dos produtores;
 - ❖ Aumentar a informação dos mercados;
 - ❖ Garantir a sua comercialização;
 - ❖ Aumentar a capacidade de negociação nos mercados;
 - ❖ Evitar a atuação abusiva dos intermediários;
 - ❖ Otimizar os recursos e equipamentos;
 - ❖ Facilitar o acesso ao crédito e a aquisição de tecnologia;
 - ❖ Proporcionar informação sobre novas técnicas e práticas de produção;
- Valorizar os recursos humanos, através de medidas que conduzam o rejuvenescimento e qualificação;
- Garantir a sustentabilidade, apostando na qualidade, e associando a preocupação económica e ambiental;

A multifuncionalidade das áreas rurais implica a pluriatividade, que permite o plurirrendimento, através de atividades alternativas ou complementares. Implica, também, um esforço de preservação dos valores, da cultura, do património e de mobilização e potencialização dos recursos locais. Esta é uma opção estratégica que poderá melhorar as condições de vida de muitas áreas rurais, afastando-as da situação de desfavorecidas. Tal só será possível com a fixação de população e o desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis.

Áreas rurais:

Áreas rurais – pontos fracos:

- Perda e envelhecimento da população;
- Baixo nível de qualificação dos recursos humanos;
- Predomínio das explorações de pequena dimensão económica;
- Falta de emprego;
- Abandono de terras agrícolas;
- Carência de equipamentos sociais, culturais, recreativos e de serviços de proximidade;
- Insuficiência das redes de transporte;
- Baixo poder de compra;

Potencialidades:

- Recursos endógenos- recursos naturais e humanos próprios de um território- que muitas vezes constituem vantagens relativas para o seu desenvolvimento;
- Património histórico, arqueológico, natural e paisagístico rico e diversificado;
- Importante valor paisagístico das culturas, como a vinha, o olival, o pomar, e de espécies florestais como o montado ou os outros;
- Baixos níveis de poluição e, de um modo geral, elevado grau de preservação ambiental;
- Tendência para melhoria das infraestruturas coletivas e equipamentos sociais e da rede de acessibilidade;
- O saber-fazer tradicional, que muitas vezes, valoriza os recursos naturais da região;

Poderão também constituir elementos de oportunidade determinadas tendências de procura da sociedade atual como a:

- Crescente procura de produtos de qualidade e atividades de lazer associadas a diferentes regiões e paisagens rurais do país;
 - Valorização das energias renováveis que podem ser produzidas no espaço rural ou a partir de produtos de origem agro-florestal;
 - Preocupação com a preservação dos recursos naturais e do ambiente.
-
- A viabilidade de muitas comunidades rurais passa pela diversificação da base económica a partir das potencialidades naturais e humanas, com a promoção da silvicultura, do turismo, da indústria, do artesanato e de outras atividades que eles

induzidas. A prestação dos serviços ambientais da sociedade constitui também uma possibilidade de promover o desenvolvimento de uma forma sustentável.

Turismo- Deslocação para lazer com duração superior a 24 horas;

Turismo no espaço rural (TER) - conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar realizados e prestados a turistas, mediante remuneração, no espaço rural, tem como principal objetivo oferecer aos turistas a oportunidade de conviver com as práticas, as tradições e os valores da sociedade rural, valorizando as particularidades das regiões no que elas têm mais genuíno, desde a paisagem à gastronomia e aos costumes.

Aumento da procura de TER devido a:

- Maior interesse pelo património, pela Natureza e pela sua relação com a saúde;
- A necessidade de descanso e evasão e a busca de paz e tranquilidade;
- A valorização da diferença e da oferta turística mais personalizada;
- O aumento dos tempos de lazer e do nível de instrução e cultural da população;
- A crescente mobilidade da população e a melhoria das acessibilidades;

Turismo no espaço rural:

- **Turismo de habitação:** Desenvolve-se em solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitetónico, com dimensões adequadas e mobiliário e decoração de qualidade. Caracteriza-se por um serviço de hospedagem de natureza familiar e de elevada qualidade;
- **Turismo rural:** Desenvolve-se em casas rústicas particulares, com características arquitetónicas próprias do meio rural em que se inserem. Utilizando materiais da região, o valor etnográfico é mais importante do que o arquitetónico. Têm, geralmente, pequenas dimensões e mobiliários simples e são utilizados como habitação de proprietário, que dinamiza também a estadia dos visitantes;
- **Agroturismo:** Caracteriza-se por permitir que os hóspedes observem, aprendam e participem nas atividades das explorações agrícolas, em tarefas como a vindima, apanha de fruta, desfolhada, ordenha, alimentação de animais, fabrico de queijo, vinho e mel;
- **Casas de campo:** são consideradas casas de campo as casas rurais e abrigos de montanha onde se preste hospedagem, independentemente de o proprietário nelas residir. Integram-se na arquitetura e ambiente característicos da região, pela sua traça e pelas matérias de construção;
- **Turismo de aldeia:** Desenvolve-se em empreendimentos que incluem no mínimo cinco casas particulares inseridas em aldeias que mantêm, no seu conjunto, as características arquitetónicas e paisagísticas tradicionais da região. Envolvendo toda a aldeia, esta modalidade é uma das que melhor poderá promover a conservação e a valorização do património edificado

Outras formas de turismo rural:

- **Turismo ambiental:** é cada vez mais procurado, pela aventura, pelo contacto com a natureza e pela multiplicidade de atividades ao ar livre. As áreas protegidas, localizadas na sua maioria em áreas rurais, são espaços privilegiados para o turismo ambiental;
- **Turismo fluvial:** valorizando a importância da água como fonte de lazer, obtém cada vez mais adeptos, que preferem a calma dos espelhos de água do interior ao rebuliço das praias do litoral;
- **Turismo cultural:** valoriza o património arqueológico, histórico e etnográfico local;
- **Turismo gustativo e o enoturismo:** dinamizam as áreas rurais, aproveitando a grande diversidade e qualidade da gastronomia e dos vinhos regionais;
- **Turismo cinegético:** ligado à caça, cria emprego nas atividades de preservação do ambiente, nas zonas de caça turística e associativa;
- **Turismo termal:** as termas aproveitam as características específicas das águas subterrâneas e têm sido elementos importantes na dinamização turística de muitas áreas rurais do nosso país;

As regiões devem planear e promover as atividades turísticas de uma forma sustentável, **evitando problemas que ocorrem noutros locais associados à procura de lucros rápidos, como:**

- O alargamento excessivo das capacidades de alojamento;
- O subaproveitamento do solo agrícola;
- A especulação fundiária e mobiliária;
- A falta de formação profissional;
- A perda do elemento humano e das relações personalizadas e a massificação das formas de turismo mais acessíveis;
- A degradação dos recursos naturais;
- A perturbação dos ecossistemas e a desfiguração da paisagem;

A atividade turística nas áreas rurais não deverá ser entendida como uma atividade milagrosa, mas como um complemento em equilíbrio com as atividades tradicionais e inserida num modelo de desenvolvimento integrado;

A maioria dos produtos regionais é obtida através de sistemas de produção extensivos, o que lhes acrescenta e, a juntar a uma imagem regional, contribui para a sua valorização. Tendo em conta a crescente procura de alimentos de qualidade, estes produtos constituem uma importante via para a obtenção de rendimentos suplementares aos das atividades agrícolas que lhes dão origem e para o desenvolvimento rural.

A importância deste tipo de produções foi já reconhecida na UE, que atribuiu proteção especial aos produtos agroalimentares específicos das regiões e de qualidade reconhecida.

Artesanato:

Constitui também uma forma de diversificar as atividades rurais e de criar emprego, para além de ser um elemento representativo da identidade cultural que importa preservar.

Tipos de materiais utilizados: madeira, metal, pele, cortiça, lã, linho, e palha.

Nas áreas rurais, são frequentes indústrias associadas à:

- **Produção agropecuária-** conservas de fruta e vegetais, transformação de tomate, lacticínios e carne, lanifícios, vestuário, couro, calçado, etc.
- **Exploração florestal-** serrações, carpintarias, corticeiras, mobiliários;
- **Extração e transformação** das rochas minerais;

Ao criar emprego, a indústria contribui para fixar e atrair população.

A instalação de indústrias em áreas rurais ou em cidades de pequenas e médias dimensões localizadas em áreas predominantemente rurais pode ser promovida pela oferta de:

- ✚ Mão-de-obra relativamente barata;
- ✚ Infraestruturas e boas acessibilidades;
- ✚ Serviços de apoio à atividade produtiva;
- ✚ Proximidade de mercados regionais com alguma importância;
- ✚ Medidas de política local e central- redes de transporte e de telecomunicação, loteamentos industriais infraestruturados e a preços atrativos, facilidades de acesso ao crédito, subsídios e incentivos fiscais e formação profissional da população;

O papel dinamizador dos serviços

A oferta de bens e serviços de proximidade, como os que se encontram ligados ao abastecimento de água, eletricidade, telefone, saúde, apoio aos jovens e a idosos, e de outros mais diversificados relacionados com a cultura, o desporto ou lazer, garantem uma melhor qualidade de vida às populações rurais e constituem um estímulo essencial à sua permanência também uma forma de cativar novos habitantes.

Desenvolver a silvicultura...

Funções desempenhadas pelas áreas florestais:

- A função económica, produzindo matérias-primas e frutos, gerando emprego e riqueza;
- A função social, proporcionando ar puro e espaços de lazer;
- A função ambiental, contribuindo para a preservação dos solos, a conservação da água, a regularização do ciclo hidrológico, o armazenamento de carbono e a proteção da biodiversidade;

Problemas:

- A fragmentação da propriedade florestal, agravada pelo desconhecimento frequente dos seus limites por parte dos proprietários, dificultando a organizações e impossibilitando a gestão da floresta;
- A baixa rendibilidade, devido a ritmo lento de crescimento de espécies;
- O elevado risco da atividade, pelos incêndios florestais, frequentes no verão; A estes problemas acrescentam-se o despovoamento e o abandono de práticas de pastorícia e de recolha do mato para os animais, que limpavam o substrato arbustivo. Todos em conjunto contribuíram para a crescente degradação da floresta e para o desinvestimento do sector;

Soluções:

- Promoção do emparcelamento, através de incentivos e da simplificação jurídica e fiscal;
- Criação de instrumentos de ordenamento e gestão florestal, contraindo o abandono florestal;
- Simplificação dos processos de candidatura e programas de apoio à floresta;
- Promoção do associativismo, da formação profissional e da investigação florestal;
- Diversificação das atividades nas explorações florestais e agroflorestais;
- Combate à vulnerabilidade e a pragas e doenças;
- Prevenção de incêndios:
 - Limpeza de matos, povoamento e desbastes;
 - Melhoria da rede viária e de linhas corta-fogo;
 - Otimização dos pontos de água;
 - Abertura de faixas de segurança nos locais de combustão permanente como as lixeiras;
 - Aquisição e otimização de máquinas e materiais para limpeza de desmatação;
 - Campanhas de sensibilização sobre práticas de bom uso de fogo;
 - Melhoria da coordenação dos meios de detenção e de combate de fogos;

Energias renováveis:

A produção de energia a partir de fontes renováveis é uma das formas de valorizar os recursos disponíveis nas áreas rurais e de criar novas oportunidades de produção, com o cultivo de espécies destinadas à produção de energia. É um sector que pode contribuir a criação de emprego e riqueza nas áreas rurais;

Biomassa- matéria orgânica, de origem vegetal e animal, que pode ser utilizada como fonte de energia. Todos os resíduos orgânicos podem ser utilizados para a produção de energia: bioenergia.

Biomassa-bioenergia:

- **Produção de eletricidade:** os produtos e resíduos da floresta constituem um enorme potencial para a produção de eletricidade.
- **Biocombustíveis:** o biogás é produzido a partir de efluentes agropecuários, de agroindústrias e urbanos e ainda nos aterros. Resulta da degradação biológica anaeróbica (sem oxigénio) da matéria orgânica. No caso das explorações agropecuárias, sobretudo as suiniculturas, além de poderem tornar-se autossuficientes, em termos energéticos, ao aproveitarem os resíduos, evitam problemas de poluição dos cursos de água;

Energia eólica: existem boas condições para a produção de energia eólica numa vasta área do nosso país, e os locais mais adequados situam-se geralmente em áreas rurais;

Energia hídrica: Tem sido, desde sempre, muito utilizada nas áreas rurais, para a moagem de cereais e da azeitona, mas constitui também um recurso nacional mais utilizado para a produção de eletricidade, nas centrais hidroelétricas, atualmente aposta-se também na construção de mini-hídricas;

Agricultura biológica- consiste no cultivo de produtos agrícolas sem o emprego de aditivos à base de químicos. Em sua substituição, utilizam-se compostos orgânicos para a fertilização, bactérias, e insetos para o combate de pragas e doenças, e elementos químicos para a correção de solos. Os resultados revelam-se na maior qualidade nutritiva dos alimentos e na melhoria da fertilidade dos solos a longo prazo. Tem como principal problema os baixos níveis de produção que levam a que os produtos sejam ainda mais caros.

Características do espaço rural / espaço urbano;

Espaço urbano:

- Edifícios de vários andares;
- Estradas com várias vias e com muitos trânsitos;
- Densidade populacional elevada;
- Sectores de atividade e económicas típicas da cidade- terciário e algum secundário;
- Habitação típica: prédios onde habitam várias famílias;

Espaço rural:

- Habitações unifamiliares;
- Existência de menor número de estradas sem engarrafamentos;
- Densidade populacional baixa;
- Sectores de atividade típicos de espaço rural: primário e algum secundário;

Modos de vida urbano:

- Os elevados padrões de conforto dos cidadãos;
- O típico de atividade profissional;
- As características das habitações;

- A maior concentração das pessoas;
- Atitudes e comportamentos;
- O individualismo típico de quem vive em espaço rural;

Relações de complementaridade- embora os espaços urbanos e rurais sejam diferentes, mantêm relações muito próximas, na medida em que cada um fornece ao outro exatamente aquilo de que necessita;

O espaço urbano garante ao espaço rural:

- Centro de escoamento de produtos agrícolas e de oferta de serviços especializados relacionados com as atividades agrícolas;
- Centro de informação para dar apoio às atividades produtivas da região;
- Polos (áreas) de atração para a localização de indústrias agroalimentares;
- Centro de divulgação cultural junto da população rural que tradicionalmente que tem menos acesso a bens culturais: cinema, teatro, música, entre outros;
- Centros de organização e controlo da vida política e económica da região;

O espaço rural garante ao espaço urbano:

- Produtos alimentares;
- Áreas diversificadas de recreio e lazer;
- Contacto com o ambiente natural;
- Disponibilidade de mão-de-obra (cada vez menos devido ao envelhecimento)

Êxodo rural- migração interna que consiste na saída de população de uma área rural para uma área urbana;

Razões que levam a população a sair do campo:

- Desemprego;
- Vida dura (em termos físicos)
- Dificuldades no acesso à saúde e à educação;
- Isolamento

Êxodo urbana- migração interna que consiste na saída de população de uma área urbana para uma área rural;

Razões que levam as pessoas a sair das grandes cidades:

- Poluição;
- Stress;
- Perda de tempo nas deslocações, engarrafamentos, dificuldades de circulação e de estacionamento;
- Habitações muito caras;
- Falta de tempo para descansar e apreciar a natureza;

Cidade:

- Densa ocupação humana e elevado índice de construção;
- Intensa afluência de trânsito;
- Grande concentração de atividades económicas, com predomínio de atividades do sector terciário, nomeadamente, serviços administrativos, sociais e políticos;
- Elevado número de equipamentos sociais e culturais;

Critérios para definir cidade:

- **Critério demográfico** valoriza o número de habitantes e/ou densidade populacional, definindo um limiar mínimo, a partir do qual as aglomerações populacionais são consideradas cidades. No entanto varia de país para país. Este critério levanta alguns problemas, uma vez que existem aglomerados suburbanos com um elevado número de habitantes e forte densidade populacional que funcionam, principalmente, como dormitórios em relação a uma cidade próxima, sem deterem uma função relevante além da residencial.
- **Critério funcional** tem em conta a influência exercida pela cidade sobre as áreas envolventes e o tipo de atividades a que população se dedica, que devem ser maioritariamente dos sectores secundários e terciários.
- **Critério jurídico-administrativo** aplica-se às cidades definidas por decisão legislativa. São exemplo as capitais de distrito e as cidades criadas por vontade régia, como forma de incentivar o povoamento, de recompensar serviços prestados ou de garantir a defesa de regiões de fronteira;
- **Critério paisagístico ou fisionómico** - predem-se com o tipo de construção dominante (prédios de construção vertical), os materiais utilizados (predomínio do vidro e do metal nos edifícios mais altos), as características das ruas, o tráfego ou a poluição nas suas diversas formas, como elementos paisagísticos que se distinguem dos da paisagem rural;
- **Modos de vida**- incluem-se aqui formas de vestir, ritmos de vida ou comportamentos sociais que continuam a assumir aspetos diferentes dos das áreas rurais, ainda que, gradualmente, se vão estendendo a estas por via dos meios de comunicação.

Em Portugal, tem-se assistido à concentração da população e das atividades nas áreas urbanas, habitualmente consideradas como motores de crescimento económico, de competitividade e de emprego.

Taxa de urbanização = ————— x100

A evolução das cidades:

O processo do alargamento urbano foi bastante lento, e dele se destaca os seguintes períodos:

- As primeiras cidades localizaram-se na região do médio oriente, nas proximidades de grandes rios (como tigre, Nilo) e ainda não possuíam um grande contraste entre o espaço rural envolvente, sobressaindo deste pela maior concentração demográfica, por serem centros de poder e pela sua arquitetura;

- A civilização grega deu início a um conjunto de transformações nas cidades, nomeadamente no carácter organizado das suas ruas e na valorização dos espaços públicos (acrópole, ágora)
- A civilização romana foi a que mais se desenvolveu as cidades, construindo ruas pavimentares, aquedutos, balneários, fóruns e outros equipamentos. Em Portugal são várias as cidades com presença romana bastante evidente: Chaves, Beja, Conimbriga;
- Na época medieval, a insegurança dominante conduziu à fortificação de muitas cidades, que se desenvolveram numa cintura de muralhas, que funcionavam como limite claro entre a cidade e o espaço rural;
- Após o renascimento e a estabilização das fronteiras dos estados, as cidades conheceram uma revalorização política e económica, patente na construção de edifícios monumentais (palácios, catedrais, grandes praças) e no reanimar das áreas comerciais e manufatureiras;
- A cidade industrial que apareceu no século XIX foi a responsável pela grande expansão urbana, ou urbanização que originou os novos e grandes centros urbanos. Neles surgiu uma grande oportunidade de emprego, de todo o tipo de atividades económicas, bem como o desenvolvimento dos transportes que faz com que estes espaços sejam ainda hoje mais requisitados;

Área funcional- área urbana onde se localiza, de uma forma dominante determinada função urbana. As principais áreas funcionais são:

- Baixa ou CBD;
- Área residencial;
- Área industrial;
- Periferia ou subúrbios;

Um dos fatores que condiciona a organização das áreas funcionais é a renda locativa – custo do solo urbano em cada local. A renda locativa é influenciada pela acessibilidade e pela distância ao centro. De um modo geral, o custo do solo diminui à medida que nos afastamos do centro da cidade, que é a área de maior acessibilidade, de maior concentração de fundos, e consequentemente a mais cara.

Especulação fundiária- sobrevalorização do custo do solo – por haver uma procura de terrenos superiores à oferta, o que torna a renda locativa muito mais elevada.

Nas áreas melhor servidas por transportes e vias de comunicação, o custo do solo também é mais alto;

O preço do solo também é influenciado por:

- Condições ambientais- relevam, poluição, zonas verdes, paisagens, etc.
- Aspectos sociais – as características socioeconómicas da população residente;
- Planos de urbanização- as atividades projetadas para uma determinada área condicionam o custo do solo, sendo os terrenos mais caros ocupados, geralmente, pelas do sector terciário e os mais baratos pelas indústrias;

CBD (central business district) é a área central que, quase sempre, é a mais importante da cidade. Trata-se de uma área muito atrativa para os visitantes, mas que fornece, igualmente, emprego e muita gente.

O CBD individualiza-se das restantes áreas da cidade pela grande concentração de atividades terciárias, sobretudo as de nível mais elevado.

No centro é possível encontrar atividades:

- **Comerciais-** que vão desde o comércio especializado e de bens raros, frequentemente importados, aos artigos de luxo, como a confecção de alta-costura, aos grandes armazéns, ou mesmo ao comércio banal, que se destina a servir os residentes ou as pessoas que aí trabalham
- **Serviços:**
 - Associados ao governo e à administração pública, como ministérios, tribunais superiores, sedes do governo ou do município;
 - Relacionadas com a vida económica, como sedes de bancos, companhias de seguro, sociedades de investimento e bolsa de valores;
 - De apoio às empresas, como os de contabilidade e de apoio jurídico;
 - Pessoas como médicos especialistas, exames de diagnóstico e recolha de análises;
 - Animação lúdica e cultural de qualidade, como teatros, cinemas, museus ou a simples animação de ruas de circulação pedonal;
 - Hotéis e restauração, desde os restaurantes de luxo aos cafés e restaurantes mais banais.

É para o CBD, que convergem as principais artérias de circulação. O tráfego é quase sempre muito intenso, tanto de veículos como de peões, devido à concentração de uma grande diversidade de funções raras- funções que só se encontram disponíveis em determinados lugares – as únicas que têm capacidade para suportar os elevados custos de solo, e que por isso atraem diariamente um grande número de pessoas.

O CBD caracteriza-se por uma enorme concentração de população flutuante, presente apenas durante o dia. O número de alojamentos é reduzido e os residentes são, essencialmente, pessoas idosas, que ocupam casas antigas. Nos edifícios renovados, habita por vezes, uma camada mais jovem e bem-sucedida urbana, os yuppies (young urban professionals)

Planta urbana- traçado dos diferentes elementos de uma cidade, como ruas, edifícios, espaços verdes, etc.

- **Planta ortogonal/quadrícula-** planta com um traçado organizado dos diversos elementos de uma cidade desenvolvendo-se as artérias de uma forma retilínea, como resultado de uma evolução espacial que se efetuou de uma forma planeada; Exemplos em Portugal: Lisboa (baixada pombalina), Chaves, Espinho, etc.
- **Planta radiocêntrica-** planta que apresenta um traçado dos diversos elementos de uma cidade que se desenvolvem em torno de um centro, surgindo as ruas com um traçado circular e radial. Exemplos em Portugal: Évora, Faro.
- **Planta irregular-** planta que apresenta um traçado desorganizado dos diversos elementos de uma cidade. Resulta de uma evolução onde não houve qualquer tipo de planeamento. Exemplos em Portugal: Bairros da alfama e mouraria em Lisboa, e silves e moura.

Função urbana- atividade específica que se exerce num centro urbano.

As principais funções urbanas são:

- **Função político-administrativa-** concentra-se nas sedes de poder e de decisão estatais tais como: capital, e sedes de distrito.
- **Função económica ou financeira;**
- **Função cultural, científica ou universitária;**
- **Função residencial;**
- **Função religiosa;**
- **Função militar e defensiva-** Elvas, vilar formoso e chaves.
- **Função turística;**
- **Função industrial;**
- **Função comercial;**
- **Função portuária;**

As áreas funcionais que compõem a cidade são:

- **Baixa/centro histórico/ CBD** (países anglo-saxónicos) onde se localiza o centro de negócios da cidade. E onde estão, as atividades económicas mais importantes e caracteriza-se pela sua modernidade e pela dimensão dos seus edifícios. Em muitos casos coincide com a área mais antiga da cidade (centro histórico) onde predominam monumentos e edifícios históricos (Lisboa, Coimbra, Porto). Algumas cidades possuem ainda o centro de negócios ou baixa secundária, quando, pela sua dimensão a cidade tem necessidade de desconcentrar algumas atividades (Avenida de Roma, parque das Nações ou a Avenida da Boavista)
- **Área residencial** e a área funcional que ocupa a maior parte do espaço urbano embora nos últimos tempos as grandes cidades tenham vindo a perder população para a sua periferia. As zonas residenciais são geralmente organizadas de acordo com os níveis de vida das populações, existindo por isso bairros de diferentes níveis socioeconómicos, ex: os bairros das classes mais abastadas localizam-se em espaços de boa acessibilidade com ótimas condições paisagísticas e ambientais- restelo ou lapa em Lisboa e foz no Porto. As classes mais pobres vivem no centro histórico e habitações muito velhas com poucas condições ou em áreas menos qualificadas, exemplos: bairros sociais.
- **Área industrial**, que, embora tenha vindo a diminuir nas principais cidades, continua a possuir alguma importância pelo espaço que ocupa;
- **Periferia ou subúrbio**, é a área periférica da cidade, além de grandes áreas residenciais, que são autênticos dormitórios para as populações que trabalham na cidade, também inclui atividades económicas com grande necessidade de espaço, exemplo: zonas industriais, grandes áreas comerciais, armazenagens de lazer;

Diferenciação espacial:

No CBD, apesar da concentração de uma grande variedade de atividades, existe a tendência para a diferenciação. De um modo geral, as funções menos nobres ou que requerem menos contacto com o público, ocupam os andares mais altos e as ruas secundárias. Em oposição, os estabelecimentos de maior prestígio e os serviços que

necessitam de maior contacto com o público ocupam o piso térreo e as ruas principais. A diferenciação espacial evidencia-se também pela existência de áreas especializadas.

Comércio grossista- transação de bens entre o produtor e o retalhista;

Comércio retalhista- venda de bens diretamente ao consumidor e em quantidades limitadas;

Diferenciação funcional- consiste na diversidade de áreas funcionais existentes numa cidade.

O CBD é uma área onde, com o passar do tempo, as diferentes funções vão sucedendo:

- Numa primeira fase, assistiu-se à substituição das funções industrial e residencial pelo comércio e outras atividades terciárias;
- Atualmente, verifica-se a tendência para a descentralização destas funções em direção a outras áreas da cidade.

Para esta dinâmica contribuem fatores como:

- Especulação fundiária;
- Congestionamento do centro (área mais antiga, de ruas estreitas)
- A diminuição da acessibilidade (facilidade com que se pode chegar a um lugar a partir de outros, tendo em conta o tempo e o custo)

Surgem assim, novas centralidades noutros pontos da cidade, onde o espaço disponível permite ofertas mais inovadoras. Assiste-se à deslocalização de empresas e de serviços da administração públicas;

- Muitos serviços têm tendência para sair da cidade, sobretudo os que exigem maior consumo de espaço com armazenagem e distribuição. Procuram áreas de boa acessibilidade, privilegiando a confluência de diferentes vias de comunicação e transporte. O aumento das atividades terciárias e as novas exigências de espaço e Infraestruturas levaram também à procura de novas localizações. Tratando-se de edifícios antigos, preservados e com estreitas, não se torna fácil proceder a obras no CBD.

Têm surgido, nas últimas décadas, novas formas de comércio, associadas a estabelecimentos de grande dimensão como centros comerciais, super e hipermercados e grandes superfícies especializadas.

Vantagens:

- Facilidade de estacionamento;
- Acessibilidade;
- Aumento da taxa de emprego feminino;
- Maior mobilidade;
- Aumento do nível de vida das famílias. O horário de funcionamento também à noite e nos fins-de-semana,

Desvantagens:

- Concorrência muitas vezes desleal, comparativamente ao comércio local;
- Difícil articulação com a rede de transportes públicos;
- Despersonalização do atendimento;

Devido ao CBD estar a perder influência, as políticas urbanísticas têm procurando promover o centro das cidades, implementando medidas como:

- A organização do trânsito, a criação de espaços de estacionamento, o aumento da qualidade e eficácia dos transportes públicos;
- O encerramento ao trânsito de determinadas ruas ou áreas, permitindo circular mais à vontade, usufruir de uma esplanada, ou simplesmente, apreciar a animação lúdica e cultural que surge nestes espaços;
- A implementação de programas e iniciativas que incentivam e dão apoio financeiro a projetos de revitalização urbana;

Problemas do comércio nos centros da cidade:

- Aumento do trânsito nesta área da cidade;
- A falta de estacionamento e por conseguinte a diminuição da acessibilidade;
- Aumento do preço do solo no centro da cidade que provocou a deslocação do comércio para outras áreas;
- Despovoamento destes espaços que leva a que as pessoas procurem as grandes superfícies;
- Os edifícios por vezes apresentam-se pouco funcionais, ou até degradados, tornando-se a sua reabilitação muito dispendiosa.

Funções vulgares- Função que se encontra disponível em qualquer área. São todas aquelas que as pessoas por consumirem diariamente não se deslocam a mais do que uns metros para adquirirem;

Caraterísticas que distinguem as classes sociais quando procuram residência:

- Os custos do solo- a distância ao centro é um fator crucial;
- A qualidade ambiental – afastamento de locais por fumos, lixos industriais, etc.
- Enquadramento paisagístico vista de mar ou de rio;
- Acessibilidade ao centro;
- A proximidade de equipamentos – comércio e infraestruturas de ensino e saúde;
- A segurança e a tranquilidade do espaço, que tem sido nos últimos anos um aspeto muito valorizado;

Segregação espacial- tendência para a organização do espaço em áreas de grande homogeneidade interna e forte disparidade entre elas, também em termos de hierarquia.

Classes mais favorecidas:

Os melhores locais da cidade são ocupados pelas classes mais favorecidas. São, normalmente, áreas planeadas, com boa acessibilidade, espaços verdes e, muitas vezes, vista panorâmica, locais apazíveis e prestigiados. Predominam quer vivendas unifamiliares que os condomínios fechados de luzo com equipamentos e serviços que proporcionam conforto e estatuto social.

As classes mais favorecidas ocupam também alguns lugares da periferia da cidade, onde novas áreas ganharam prestígio devido à qualidade de habitação, aos serviços e equipamentos e ao espaço envolvente, geralmente próximo do campo ou do mar, à fuga de problemas de poluição, stress, próprios da cidade.

Classes médias:

Os bairros de classes médias têm menor qualidade arquitetónica e ocupam a maior parte do espaço urbano.

O desenvolvimento dos transportes permitiu que, na periferia das cidades, onde os custos do solo, são menores, surgissem extensas áreas residenciais, de arquitetura geralmente uniforme, onde as classes médias encontram apartamentos mais espaçosos, melhor equipados e menor custo.

Começa em Portugal a surgir a tendência para uma parte de classe média trocar os apartamentos por moradias nos arredores das áreas suburbanas e, mais frequentemente, em locais tradicionalmente rurais com boa acessibilidade. Esta tendência evidencia o amento da mobilidade proporcionado pela banalização do uso do automóvel.

Classes de menores recursos:

A população com menos recursos ocupa, geralmente, bairros de habitação precária ou de habitação social.

Nas cidades de Lisboa e Porto e suas periferias, devido à imigração e à atração exercida pela grande cidade, e embora quase erradicados, persistem bairros de habitação precária, habitualmente designados por bairros de lata.

De um modo geral, não possuem água canalizada nem estão ligados à rede de esgotos e a eletricidade é conseguida através de ligações ilegais e perigosas. São habituados por uma população de escassos recursos, baixos níveis de escolaridade, falta de formação e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e, em alguns casos, são imigrantes. Estes bairros são áreas propícias ao aparecimento de problemas de exclusão social relacionados com atividades ilícitas, como a droga e a prostituição.

Localizam-se, geralmente, em solos expectantes- terrenos da autarquia ou de particulares que por diversos motivos, sem encontram desocupados, correspondendo, por vezes, a terrenos sem aptidão para construção.

Atualmente existe a preocupação de garantir uma certa qualidade de habitação e do ambiente destes bairros, de modo a promover socialmente os seus habitantes.

Com o mesmo objetivo, evitam-se as grandes manchas de habitação social, optando-se preferencialmente pela sua dispersão espacial em bairros de menor dimensão para facilitar a integração social.

O planeamento de novas áreas residenciais pode promover essa integração, conjugando espaços de habitação de maior qualidade com outros de habitação social, ou de habitação a custos controlados- construção que, respeitando as normas de qualidade e segurança evita gastos supérfluos, facilitando o acesso a habitação própria às famílias de menores recursos.

Bairros clandestinos- construídos ilegalmente em terrenos sem projetos de urbanização e que durante vários anos não tiveram qualquer tipo de infraestruturas.

A segregação social nem sempre é clara. Atualmente verifica-se alguma tendência para a partilha do mesmo espaço.

Periferia- zona circundante da cidade

Áreas industriais:

Razões que levaram à fixação das indústrias em espaço urbano aquando do seu surgimento:

- Oferta de mão-de-obra abundante e baixo custo;
- Proximidade dos locais de consumo;
- Fácil acesso à administração pública e aos serviços de apoio (banca)
- Elevado número de consumidores;
- Terreno disponível a baixo preço;
- Infraestruturas de transporte, alojamento, saúde e educação;

Razões que favoreceram a localização das indústrias na periferia das cidades ou espaço rural:

- Salários mais baixos;
- Facilidade de acesso e estacionamento;
- Solo barato e em grande quantidade;
- Impostos mais baixos;

O planeamento urbano contempla áreas específicas destinadas à indústria, como resposta a esta necessidade têm surgido diversas formas de organização do espaço para fins indústrias (zonas industriais, parques industriais, parques empresariais)

Indústrias que se permaneceram no centro das cidades:

- Oficinas ou unidades de pequena dimensão por vezes associadas a estabelecimentos comerciais como a panificação, confeções, reparação;
- As que trabalham por encomenda e requerem o contacto frequente com o cliente, como a confeção de alta-costura;
- As que produzem bens raros e de elevado valor, como a joalharia.

Quase todos exigem pouco espaço, utilizam reduzidas quantidades de energia e matérias-primas leves e pouco voluminosas. As que ainda se mantêm no centro localizam-se de modo geral, nas traseiras das lojas ou nos andares superiores dos edifícios.

Desconcentração industrial: consiste em deslocar escalões inferiores mantendo os centros de decisão. No caso da indústria consiste em deslocar as unidades produtivas, mantendo-as nos centros de decisão no mesmo local.

Descentralização industrial: Delegação do poder de decisão em escalões inferiores da hierarquia de uma empresa ou do estado, no caso da indústria consiste em deslocar para outras áreas de produção (tendo em vista a diminuição dos custos de mão de obra) mas também centros de decisão.

Áreas urbanas...

O crescimento das cidades está fundamentalmente relacionado com o aumento demográfico, mas liga-se, também, com o seu próprio dinamismo funcional interno que provoca a alteração dos padrões locativos das diferentes funções.

Numa primeira fase as cidades funcionaram como polos de atração da população rural, verificando-se uma tendência para a concentração da população e das atividades económicas nos centros urbanos- fase centrípeta.

Numa fase posterior, os preços do solo urbano, fortemente disputado pelas atividades terciárias de nível mais alto contribuíram para deslocar as populações, as indústrias e algumas funções terciárias, mais exigentes em espaço. Dá-se assim um movimento de desconcentração urbana em direção às áreas periféricas – fase centrífuga- fazendo aumentar o tecido urbano envolvente.

A expansão urbana resulta ainda de outros fatores:

- A dinâmica da construção civil;
- O desenvolvimento das próprias atividades económicas;
- O desenvolvimento dos transportes e das infraestruturas viárias;
- O aumento da taxa de motorização das famílias.

A expansão urbana acompanha, geralmente, os principais eixos viários de acesso à cidade.

Renovação urbana- forma de intervenção urbana que envolve a reconstrução de área urbana subocupada e com condições deficientes de habitabilidade e salubridade implicando a substituição dos edifícios existentes.

Suburbanização- processo de crescimento da cidade para a periferia. Em Portugal, este fenómeno teve particular incidência nas áreas urbanas do litoral a partir dos anos 50, com intensificação do êxodo rural.

Numa fase inicial, os subúrbios cresceram de forma não planeada, essencialmente, ao longo das principais vias de comunicação e em torno de núcleos periféricos, onde era maior a acessibilidade à cidade e onde as habitações eram mais baratas.

O rápido crescimento destas áreas, sobretudo em torno das maiores cidades, foi ainda marcado pelo domínio de edifícios plurifamiliares, prolongando a paisagem urbana.

O processo de suburbanização começou por desenvolver-se numa relação de dependência face à grande cidade, oferecendo os subúrbios essencialmente função residencial.

Com o crescimento demográfico, e o desenvolvimento das atividades económicas as áreas suburbanas ganharam vida própria, oferecendo cada vez mais diversificadas.

A dependência face à grande cidade diminuiu à medida que cresce a relação de complementaridade.

Áreas periurbanas: área para lá da coroa suburbana onde o espaço rural começa a ser ocupado, de forma descontínua, por funções urbanas: indústria, comércio e alguns serviços, designadamente de armazenagem e distribuição, que induzem o alargamento da função residencial. Origina também o movimento de pessoas e empregos das grandes cidades para pequenas povoações e áreas localizadas fora dos limites da cidade e/ou para pequenas cidades e vilas situadas a maior distância, um processo designado por rurbanização.

A melhoria da acessibilidade associada à expansão da rede viária facilita estes processos, que se caracterizam também pela localização difusa da função residencial e das atividades económicas e provocam o aumento dos movimentos pendulares.

Impactos da suburbanização, periurbanização e rurbanização:

- Intensificação dos movimentos pendulares;
- Grande pressão sobre o sistema de transportes urbanos;
- Aumento do consumo de combustível e da poluição atmosférica;
- Aumenta das despesas, da fadiga, e do stress.
- Desordenamento do espaço, e existência de bairros de habitação precária;
- Falta de equipamentos coletivos e fraca oferta de serviços;
- Aumento das despesas com a instalação de redes de abastecimento de água, eletricidade e saneamento;
- Ocupação de solos agrícolas e florestais;
- Decadência da atividade agrícola;

As grandes concentrações urbanas no mundo:

Nos países desenvolvidos como os da Europa ocidental, os Estados Unidos e o Japão tem-se formado uma rede urbana que procura evitar a concentração de pessoas numa só

cidade. No entanto surgem cidades com Londres, Paris, as cidades da região do Ruhr ou Tóquio que são as aglomerações urbanas de maior dimensão.

Conurbação: associação de duas aglomerações, são vários os fenómenos deste tipo existentes nos países mais desenvolvidos.

Megapolis: Como exemplo de maior concentração urbana do mundo podemos falar da faixa atlântica dos EUA, constituído por um contínuo urbano que inclui várias cidades: Boston, Filadelfia, Baltimore, Washington.

Nos países em desenvolvimento pelo contrário devido as más condições de vida tendem a concentrar em enormes cidades e entrarem rapidamente em rutura, por não possuírem estruturas assim acontece em S. Paulo, cidade do México, Xangai, Bombaim onde se verifica um crescimento explosivo. Atualmente é neste conjunto de países que se assiste a um maior crescimento da taxa de urbanização que regista um aumento generalizado de todos os países do mundo.

Áreas metropolitanas (extensas áreas formadas pelo conjunto de um grande cidade e dos subúrbios, os quais cresceram em função desta. Caracterizam-se pela existência de relações de interdependência no seu interior, dando origem a numerosos fluxos de pessoas)

Em Portugal, o processo de suburbanização ocorreu sobretudo no litoral, tendo sido particularmente importante em torno das cidades de Lisboa e do Porto, já desde meados do século passado.

A expansão suburbana de Lisboa e do Porto envolveu algumas cidades próximas e um grande número de aglomerados populacionais, que se desenvolveram, criando dinamismo demográfico e económico ascendendo, alguns deles, à categoria de cidade.

Deste modo, em 1991 foram instituídas as áreas metropolitanas de Lisboa (AML) e áreas metropolitanas do Porto (AMP)

AML:

- 9 Concelhos do distrito de Lisboa:

- Mafra;
- Sintra;
- Odivelas;
- Amadora;
- Cascais;
- Oeiras;
- Lisboa;
- Loures;
- V.F. de Xira

- 9 Concelhos de Setúbal:

- Almada;
- Seixal;
- Sesimbra;
- Barreiro;
- Setúbal;
- Palmela;
- Moita;
- Montijo;
- Alcochete;



AMP:

- 10 Concelhos do distrito do Porto:
 - Póvoa de varzim;
 - Vila do conde;
 - Matosinhos;
 - Porto;
 - Vila Nova de Gaia;
 - Santo Tirso;
 - Trofa;
 - Maia;
 - Valongo;
 - Gondomar;
- 4 Concelhos do distrito de Aveiro:
 - Sta. Maria da feira;
 - Arouca;
 - S. João da Madeira;
 - Espinho



Nas duas principais áreas metropolitanas desenvolvem-se intensas relações de complementaridade que aumentam o dinamismo e a competitividade dessas áreas como um todo. Tende, assim, a passar-se de uma estrutura funcional monocêntrica (centrada na grande cidade) e radiocêntrica, do ponto de vista da rede viária, para uma estrutura policêntrica em que os diferentes centros urbanos se complementam.

Dinamismo demográfico...

O dinamismo demográfico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto evidencia-se pela elevada concentração populacional e pelo aumento da população que se acentuou nas últimas décadas.

A perda demográfica foi mais acentuada nos municípios centrais, enquanto o maior crescimento se verifica em concelhos onde a melhoria das acessibilidades, aliadas à disponibilidade de espaço para a construção, tem permitido o acréscimo populacional, refletindo a importância dos processos de suburbanização e periurbanização.

A densidade populacional é maior na AMP.

Caraterísticas da população que vive nas áreas metropolitanas:

População mais jovem e, de um modo geral, mais instruída e qualificada, o que representa um ponto forte que as torna mais competitivas em domínios com a inovação cultural e tecnológica e a economia.

Dinamismo económico...

As duas áreas metropolitanas apresentam vantagens do ponto de vista físico (localização no litoral, amenidade do clima, relevo pouco acidentado, sobretudo na AML, acessibilidade natural, etc.) e demográfico, bem como no que respeita às estruturas produtivas, o que faz delas polos dinamizadores da economia.

No conjunto, estas duas fornecem mais de 40% do emprego, auferindo os trabalhadores ganhos superiores à média nacional.

A bipolarização da concentração das atividades económicas demonstra a grande importância de duas áreas metropolitanas no tecido económico do país. Porém quando comparadas, evidenciam-se disparidades que revelam o peso económico da AML, a nível nacional.

Quando se junta a AML e a AMP, verifica-se que estão concentrados nestas duas áreas metropolitanas mais de metade do emprego no sector terciário, do VAB dos serviços, do volume do negócio das sociedades, do emprego em grandes empresas, dos trabalhadores qualificados e do PIB.

Processo de expansão urbana:

Centro da cidade- subúrbios- periferia- espaço rural;

A expansão urbana em Portugal:

O fenómeno urbano em Portugal teve ao longo da sua história uma série de fatores que o debilitou e o afasta da maioria dos países Europeus. Assim, fatores como a reconquista de Norte para Sul o povoamento ou as características da divisão da terra, provocaram uma tendência para a concentração no Sul do país e a dispersão no Norte.

Também a instabilidade da fronteira com Espanha, e uma tendência histórica para a litoralização completam o enquadramento.

Indústrias:

Indústria- atividade económica responsável pela transformação da matéria-prima em produtos acabados ou semiacabados.

A evolução da atividade industrial resume-se a 3 fases:

- **1ª fase:** no início da industrialização localizavam-se nas proximidades das minas de carvão e de ferro, isto é, junto da matéria-prima das fontes de energia.
- **2ª fase:** a atividade industrial passa a localizar-se em torno das grandes cidades (cinturas industriais) porque com o desenvolvimento dos transportes, a utilização das novas fontes de energia (petróleo e eletricidade) e alteração dos hábitos de consumo que permitiram às indústrias localizarem-se em outros espaços.
- **3ª fase:** hoje em dia, a localização de uma indústria depende de vários fatores embora a tendência seja para o abandono das áreas urbanas dada a maior rapidez dos transportes e da distribuição, o preço do solo, e a maior preocupação ambiental.

Fatores de localização industrial – causa ou restrições que facilitam a situação de uma ou várias unidades industriais num dado local:

- A proximidade das fontes de matéria-prima;
- Condicionismos estatais;
- O preço do terreno e do espaço;

- As condições físico-naturais;
- Os transportes e as vias de comunicação;
- A proximidade das fontes de energia e de mão-de-obra;

Diversas classificações para a atividade industrial:

- **Quanto ao destino de produção:**
 - **Bens de consumo:** satisfazem as necessidades de consumo do mercado (ex: indústria têxtil ou alimentar)
 - **Bens de equipamento:** produzem bens que servem para produzir novos produtos (exemplo: indústria metalomecânica, produção de maquinaria)
 - **Bens intermédios:** destinam-se à produção de bens que voltam a entrar no processo produtivo (exemplo: indústria siderúrgica de aços)
- **Quanto ao peso da matéria-prima:**
 - **Indústrias pesadas ou de base:** fabricam produtos básicos para as outras atividades industriais, exemplo indústria metalúrgica ou petroquímica)
 - **Indústrias ligeiras:** fabricam produtos essencialmente de consumo e, por vezes, utilizam tecnologia muito moderna, sendo por isso, chamadas da “indústria de ponta”; exemplo: indústria eletrónica ou farmacêutica

Vantagens da indústria nas áreas metropolitanas:

- A complementaridade entre diferentes ramos industriais;
- A existência de infraestruturas e serviços diversos;
- A disponibilidade de mão-de-obra, tanto pouco qualificada como especializada;
- A acessibilidade aos mercados nacional e internacional;

A atividade industrial nas áreas metropolitanas tem vindo a perder alguma importância, sobretudo no que respeita às funções diretamente produtivas, o que se prende com o processo de terciarização da economia que, naturalmente é mais rápido nestas duas áreas do país, devido ao seu maior desenvolvimento e à tendência da reorganização espacial das funções das áreas urbanas;

AMP:

Pontos fracos:

- Forte exposição da estrutura económica à concorrência internacional pelo predomínio da atividade de baixa intensidade tecnológica e competitividade baseada na mão-de-obra abundante.
- Carência de serviços especializados de apoio às empresas face ao peso económico e industrial da região;
- Problemas ambientais resultantes da deficiência nos domínios do abastecimento de água e tratamentos de efluentes;
- Problemas de mobilidade no centro do porto e nos principais acessos à cidade;
- Degradação física e exclusão social nos centros históricos;

Pontos fortes:

- Grande dinâmica demográfica com uma estrutura etária jovem;
- Forte dinamismo industrial;
- Afirmação e inserção num espaço de cooperação e interdependência com a Galiza;
- Rede densa de instituições de ensino superior e de infraestruturas tecnológicas capazes de suportar o desenvolvimento de atividades mais intensas em conhecimento;
- Valioso património cultural, com marcas de prestígio (Porto – património mundial, vinho do porto, douro)
- Boa acessibilidade às rotas internacionais;

AML:

Pontos fracos:

- Problemas ambientais resultantes da forte pressão imobiliária/turística na ocupação do solo em áreas de grande valia ambiental e agrícola;
- Problemas de mobilidade, congestionamento e poluição, resultantes da forte utilização do automóvel privado;
- Presença de bairros problemáticos associada à crescente segregação espacial resultante da diversidade social e étnica.
- Abandono dos centros históricos, sobretudo no núcleo central.
- Alguma debilidade na afirmação internacional;

Pontos fortes:

- Presença de sectores económicos que apresentam um potencial competitivo internacional e/ou vocação exportadora;
- Concentração de infraestruturas de conhecimento e de recursos humanos qualificados;
- Condições naturais favoráveis à atração internacional e de atividades, eventos e movimentos turísticos;
- Integra as principais infraestruturas de transportes e de comunicações de articulação internacional;
- Património cultural valioso;
- Boa acessibilidade às rotas internacionais;

Estratégias de descentralização da indústria:

- A discriminação positiva de regiões menos favorecidas, onde se oferecem benefícios de incentivo à instalação da indústria;
- O desenvolvimento das acessibilidades, que permitam o aumento da liberdade locativa das empresas;

Distribuição da indústria em Portugal:

- **Região Norte:** é claramente de maior industrialização, assente em pequenas e médias empresas (PMES) que se distribuem pela pequena área metropolitana do porto e regiões do ave, cavado e Tâmega. As mais conhecidas são: têxteis, calçado, madeira, papel, e ainda montagem de máquinas elétricas e eletrónicas.
- **Região da grande Lisboa:** assiste-se a um processo gradual de descentralização industrial e relocalização das empresas nos concelhos limítrofes. Exemplo: Oeste e

Lezíria do Tejo, principais indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos, indústria química e de montagem automóvel (AutoEuropa e indústrias alimentares).

- **Centro do país:** é a terceira região mais industrializada nomeadamente no sector têxtil e do calçado bem como nos plásticos.
- **Região sul:** as regiões sul e regiões autónomas registam fracos níveis de industrialização.

Os problemas urbanos:

Habitação	• Degradação de muitos edifícios nas áreas mais antigas; • Bairros de lata, formando bolsas de habitação precária onde se associam a pobreza e a marginalidade; • Bairros clandestinos.
Transportes	• Utilização crescente do transporte individual; • Diminuição da facilidade de deslocação das áreas urbanas; • Movimentos pendulares; • Congestionamentos; • Problemas de trânsito; • Problemas de estacionamento.
Ambiente	• Destruição de espaços ambientalmente sensíveis; • Erosão do solo; • Tipos de poluição: ○ Atmosférica: composta essencialmente por gases resultantes dos escapes dos automóveis já que a atividade industrial é atualmente muito reduzida nas cidades; ○ Aquática, em consequência do não tratamento dos esgotos domésticos e industriais o que polui os cursos de água que atravessam as suas imediações; ○ Sonora, também resultante da ação dos transportes, afeta essencialmente os locais próximos dos aeroportos e eixos rodoviários principais; • Resíduos sólidos nas suas várias formas: ○ Domésticos; ○ Industriais; ○ Hospitalares. • Espaços verdes - a falta de espaços verdes e a sua destruição para a construção são, problemas típicos da cidade, onde diminui cada vez mais a área ocupada por estes elementos tão necessários à qualidade de vida urbana; • Os abastecimentos – a dependência da cidade dos produtos agrícolas e alimentares, bem como de água e energia, torna-a vulnerável, em caso de rutura de abastecimento;

Sociais	• Envelhecimento da população; • Abandono; • Solidão; • Stress e doenças do sistema nervoso pois além da fadiga, da despesa e da irritação que causam filas de trânsito; • Preocupação • Anonimato difícil de quebrar; • O desemprego; • Pobreza e exclusão social; • Idosos com pensões baixas; • Trabalhadores de empregos mal remunerados; • Sem abrigo; • Criminalidade e insegurança; • A toxicodependência.
Saturação das infraestruturas	• Saturação do espaço; • Incapacidade de resposta das infraestruturas físicas (como as redes de distribuição de água e energia, de saneamento e de transportes); • Incapacidade de resposta das infraestruturas sociais (como os tribunais as finanças as escolas os hospitais ou os centros de dia para os idosos).

Planeamento- é o processo essencial na prevenção e resolução de problemas urbanos.

Partindo do conhecimento da realidade física e humana, procura gerir a utilização do espaço de forma equilibrada, de modo a aproveitar as potencialidades e a criar condições de vida para a população.

- PMOT (planos municipais de ordenamento do território)
 - PDM (planos diretores municipais)
 - PU (planos de urbanização)
 - PP (planos de pormenor)

PDM- plano que estabelece uma estrutura espacial para o território de um município, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento.

PP- Desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do concelho, definindo com detalha a forma de ocupação;

PU- Plano que define a organização espacial da parte do território municipal integrada no perímetro urbano, que exija uma intervenção integrada de planeamento;

Objetivos:

- Garantir uma correta gestão dos recursos naturais;
- Proporcionar a qualidade de vida das populações;
- Preservar o equilíbrio ambiental;
- Diminuir as assimetrias entre as regiões;

- Permitir criar mecanismos que facilitem a gestão e o uso do território;

Revitalização urbana- dinamização do tecido económico e social;

Reabilitação urbana- intervenção em áreas degradadas para o melhoramento das condições físicas do património edificado, mantendo-se o uso e o estatuto dos residentes e das atividades aí instaladas – é um processo de maior importância para a revitalização das cidades. No geral, envolve o restauro ou a conservação dos imóveis e tem vindo a ser implementada em várias cidades do nosso país.

Programas e incentivos:

- **PRAUD-** programa de reabilitação das áreas urbanas degradadas, concede ajudas, através das autarquias locais, para apoiar a reabilitação ou recuperação de áreas urbanas degradadas, incluindo a sua preparação e acompanhamento.
- **RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH** – incentivos que apoiam financeiramente o restauro e a conservação de edifícios degradados com ocupação residencial nas áreas mais antigas da cidade, pretendendo fazer face ao problema da degradação de edifícios com rendas baixas.

Requalificação urbana- alteração funcional de edifícios ou espaços, devido à redistribuição da população e das atividades económicas.

POLIS- provém de uma sociedade entre o estado (ministério das cidades, ordenamento do território e ambiente) e as câmaras municipais das várias cidades em que intervém (autarquias locais) com o objetivo de intervir as vertentes urbanísticas e ambientais das cidades aumentando a atratividade das cidades. O estado contribui com 60% do capital e as autarquias locais com os restantes 40%. O programa polis elabora planos de pormenor.

Objetivos:

- A requalificação urbana tendo em conta a valorização ambiental;
- Promover a multifuncionalidade e revitalizar e requalificar as cidades desenvolvendo as ações que contribuam para tal;
- Melhor a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais tais como frentes de rio apoiando ações de requalificações.
- Aumentar os espaços verdes, as áreas pedonais e diminuir o tráfego automóvel no interior das cidades apoiando iniciativas que contribuam para tal;

Renovação urbana- demolição total ou parcial de edifícios e estruturas de uma determinada área que é reocupada com novas funções e por uma classe social mais favorecida. Ex: parque das nações em Lisboa.

A renovação urbana pode implicar o realojamento da população a viver em edifícios ou bairros degradados. Assim em 1993 foi criado um plano especial de realojamento- **PER-** que promove a erradicação de bairros de habitação precária, proporcionando apoios aos municípios para o realojamento das famílias em habitações de cursos controlados. Para complementar foi criado

a **PER-FAMILIAS**, que apoias as famílias na compra de casa própria ou na realização de obras de reabilitação numa habitação noutra local.

O realojamento dos moradores dos bairros de habitação precária é também uma forma de combater a marginalidade.

Em Portugal, algumas áreas urbanas degradadas beneficiam de iniciativa comunitária URBAN, sendo vocacionada para intervir nas áreas urbanas mais críticas do ponto de vista socioeconómico, com problemas de desemprego, pobreza, exclusão social, criminalidade e delinquência entre outros.

Outras ações:

- A melhoria da gestão e do tráfego urbano;
- O alargamento dos serviços de acompanhamento das crianças e jovens;
- O desenvolvimento dos serviços de apoio à população idosa;
- O aumento do número de espaços verdes, a promoção da melhoria dos já existentes e a construção e a otimização de equipamentos coletivos.

Rede urbana ou sistema urbano- o conjunto de cidades e as suas periferias, integradas num dado território, que estabelecem entre si relações de hierárquica de dependência ou complementaridade.

Caraterização de uma rede urbana:

- Distribuição especial das cidades;
- A sua dimensão e importância (medidas pelo número de habitantes e as funções que oferecem);
- É tanto mais equilibrada quanto menores forem os contrastes nestes três aspetos;

A rede urbana portuguesa, em que se destacam Lisboa e Porto, é constituída essencialmente por cidades com menos de 25 mil habitantes.

A rede urbana nacional evidencia um forte desequilíbrio, já que apresenta:

- Um grande número de cidades de pequena dimensão;
- Um número reduzido de cidades de dimensão média;
- Duas cidades de maior dimensão, mas com uma significativa diferença entre si: Lisboa com mais do dobro de habitantes do Porto.

As características da rede urbana: as cidades portuguesas: O passado e o futuro:

- A passagem de romanos pela península Ibérica que dinamizou a vida urbana e desenvolveu um sistema de estradas e pontes que facilitavam as comunicações.
- Os suevos e os visigodos aproveitaram a estrutura urbana deixada pelos romanos e nela sustentaram o poder;
- A presença dos árabes voltava a fomentar a vida urbana, sobretudo ao sul do território. A sua presença foi marcante em cidades como Lisboa, Santarém, Alcácer do Sal, Évora, Mértola e Silves;
- No período medieval foi importante o fortalecimento da função militar das cidades próximas das fronteiras, como Estremoz, Elvas ou Moura.

- O numeramento do reino (1527- D. João III) permitiu fazerem retrato da realidade das cidades portuguesas na época.
 - ❖ 29 das 37 cidades tinha mais de 500 **fogos** encontrando-se situadas ao longo do Tejo ou a sul do território;
 - ❖ Concentração urbana no litoral;
 - ❖ A cidade do porto era já a 2ª cidade mais importante do país com cerca de 12500 habitantes;
 - ❖ Lisboa com 50 a 65 mil habitantes;

- Desde 1527 até cerca de 1900 poucas alterações na rede urbana portuguesa. Assim assistiu-se: manutenção da tendência para o povoamento mais concentrado no sul do país;
 - ❖ Tendência para a litoralização;
 - ❖ Perda de importância das cidades fronteiriças em consequência da estabilização das fronteiras;

No território continental existe uma forte concentração urbana na faixa litoral entre Setúbal e Viana do Castelo, localizando-se aí não só o maior número de cidades mas também as maiores aglomerações urbanas, com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

No litoral algarvio, existe um conjunto considerável de cidades, cujo dinamismo se deve, em grande parte, ao turismo.

No interior, as cidades são em menos número, e na sua maioria, de pequena dimensão. No entanto tem-se assistido a um certo crescimento demográfico de muitos desses centros urbanos, que atraem população das áreas rurais envolventes;

Nas regiões autónomas, as cidades cresceram a partir dos pontos marítimos, localizando-se todas junto à costa.

Hierarquia das cidades:

As cidades, como espaços de interação, de oferta de bens e serviços e de difusão de modos de vida, tem um papel fundamental na organização do território. Dependendo da sua dimensão e importância, influenciam e interagem com as suas **áreas de influência**- áreas sobre as quais a cidade exerce a sua ação, fornecendo bens e serviços e emprego e atraindo a população. Estas também podem considerar-se **áreas complementares**, já que também oferecem bens e serviços e mão-de-obra à cidade.

A área de influência do centro urbano é tanto maior quanto:

- ❖ Quanto maior a quantidade populacional;
- ❖ Quanto maior a oferta de emprego;
- ❖ Quanto maior o dinamismo do seu comércio;
- ❖ Quanto maior prestação de serviços de carácter administrativo e educação, de saúde ou de justiça.

Raio de eficiência- distância a partir do qual a população deixa de se deslocar a um determinado lugar central e passa a deslocar-se a outro. Esta distância é tanto maior quanto mais raro for o bem ou o serviço.

Lugar central- oferece bens e serviços à sua área de influência, tendo capacidade de atrair população. Os produtos e serviços oferecidos por um lugar central são considerados **bens centrais** – só podem ser adquiridos em determinados locais;

Bens dispersos – produtos e serviços que são distribuídos à população, como a água e a eletricidade. As atividades que fornecem bens centrais desempenham funções centrais.

Bens vulgares- produtos ou serviços de utilização frequente, que se encontram facilmente sem necessidade de deslocações significativas;

Bens raros- bens de uso pouco frequente, que apenas se encontram em determinados lugares.

A importância dos lugares centrais, bem como a extensão das suas áreas de influência depende dos bens e funções que oferecem e da maior ou menor acessibilidade.

As funções de nível superior, correspondentes à oferta de funções especializadas e bens raros, como um hospital central, existem num menor número de centros urbanos, e têm uma maior área de influência, enquanto as de nível inferior, mais frequentes, por exemplo um minimercado, existem num grande número de lugares e, por isso, têm menos área de influência.

Assim, concluímos que há um desequilíbrio da rede urbana portuguesa também ao nível funcional.

Rede urbana monocêntrica- verifica-se uma grande concentração populacional na maior cidade;

Rede urbana policêntrica ou polinucleada- a população distribui-se por um maior número de aglomerações:

Macrocefalia- grande destaque de uma cidade relativamente às outras.

Caraterísticas da rede urbana portuguesa:

- Pela dimensão dos centros urbanos- predomínio de pequenos núcleos urbanos, fraca representatividade das cidades de média dimensão e dois grandes centros urbanos: Lisboa e Porto;
- Pela repartição geográfica- forte concentração urbana no litoral, onde sobressaem as áreas metropolitanas;
- Pelo nível de funções- predomínio das funções de nível superior e das restantes funções urbanas nas principais áreas urbanas no litoral, com destaque para Lisboa e Porto;

O sistema urbano nacional apresenta assim uma clara bipolarização- predomínio de duas cidades de nível hierárquico superior, Lisboa e Porto, que estendem a influência a todo o país;

Consequências:

- A redução da capacidade de inserção das economias regionais na economia nacional;

- A limitação das relações de complementaridade entre os diferentes centros urbanos e, como tal, do dinamismo económico e social;
- A limitação da competitividade nacional no contexto europeu e mundial, pela perda de sinergias que uma rede urbana equilibrada proporciona.

Um maior equilíbrio = maior coesão territorial e social.

Medidas:

- Potencializem as especificidades de cada região;
- Facilitem a coordenação de ações ao nível da administração local;
- Reforcem a complementaridade entre os diferentes centros urbanos;
- Permitam desenvolver cidades e sistemas urbanos do interior que funcionem como polos regionais de desenvolvimento;

A concentração urbana no litoral corresponde a uma concentração de atividades económicas dos sectores secundários e terciários. Estas instalam-se preferencialmente nas áreas urbanas mais desenvolvidas, onde a mão-de-obra é abundante e mais qualificada, e onde existem mais e melhores infraestruturas e melhor acessibilidade aos mercados nacional e internacional.

Economia de escala- racionalizar os investimentos de forma a obter o menor curso unitário;

As vantagens oferecidas pelas grandes concentrações urbanas devem-se ao facto de estas funcionarem como **economias de aglomeração**- a população e as várias empresas utilizam as mesmas infraestruturas de transporte, de comunicação, de distribuição de água, energia, etc., para além de beneficiarem das relações de complementaridade que entre elas se estabelecem.

Em áreas de povoamento disperso não existem estas vantagens, facto que explica a falta de alguns serviços e de infraestruturas que condicionam a qualidade de vida da população.

Os problemas resultantes da excessiva aglomeração da população e atividades refletem-se no aumento dos custos das atividades económicas e afetam a qualidade de vida da população.

Quando as vantagens da concentração se tornam superior às vantagens, gera-se uma **deseconomia de aglomeração**- os custos da concentração são superiores aos benefícios.

As assimetrias territoriais que caracterizam o nosso país conduzem a graves problemas, relacionados com a má ocupação do espaço e as deseconomias de aglomeração.

A forte polarização em torno das duas maiores cidades do país e a tendência para a urbanização difusa em algumas regiões são, simultaneamente, causa e efeito do desequilíbrio da rede urbana portuguesa, que se manifesta tanto pela desigual repartição espacial dos centros urbanos como pelas diferenças no que respeita à sua dimensão demográfica.

As cidades são cada vez mais os centros organizadores e dinamizadores do território, pelo que se torna indispensável a reorganização e consolidação da rede urbana, na perspetiva de um desenvolvimento equilibrado do território nacional. O contributo das cidades com uma dimensão média é fundamental para criar dinamismo económico e social, proporcionando as vantagens das economias de aglomeração, atraindo atividades económicas e criando condições necessárias para a fixação populacional.

Os centros urbanos de média dimensão poderão desempenhar um papel fundamental na redução das assimetrias territoriais.

O reforço da sua qualificação e competitividade constitui pois, uma estratégia de valorização do território.

Potencialidades das cidades de média dimensão:

Se oferecerem maior diversidade e quantidade de bens, criarem postos de trabalho e proporcionarem serviços qualificados em domínios como a saúde, a educação ou a formação profissional. Deste modo, torna-se importante promover o investimento em atividades económicas que valorizem as potencialidades regionais e aproveitam os recursos endógenos, mas também em equipamentos e infraestruturas que garantam uma melhor qualidade de vida-

Outras medidas que tentam minimizar os problemas da rede urbana portuguesa:

Para além do programa POLIS, o programa de consolidação do sistema urbano nacional e de apoio à execução dos planos diretores municipais- PROSIURB, foi um importante instrumento de intervenção das cidades médias, apoiando financeiramente ações que visam a qualificação urbana e ambiental e a dinamização dos centros urbanos da rede complementar. Estas ações permitem melhorar alguns centros urbanos do país, ao nível de equipamentos coletivos, das infraestruturas básicas, de água, saneamento básico e da reabilitação e renovação urbana.

Definição das cidades de média dimensão assenta nos seguintes eixos:

- Demográficos- a existência de uma população superior a 400 mil habitantes;
- Critério funcional- a localização no território de um número aglomerado em:
 - Funções administrativas;
 - Saúde;
 - Educação;
 - Comércio

Ausência de centros urbanos de média dimensão prende-se a fatores como:

- O peso excessivo em termos demográficos e funcionais das duas grandes cidades e respetivas áreas metropolitanas;
- O despovoamento e o envelhecimento registado no interior do país;
- A falta de acessibilidades;
- O fraco dinamismo empresarial;
- Falta de oferta de emprego;

Um maior equilíbrio territorial exige a reorganização e o desenvolvimento de uma rede urbana policêntrica e equilibrada, em que exista articulação e complementaridade funcional de proximidade entre centros urbanos de diferentes dimensões. Tal depende muito das acessibilidades interurbanas em que as redes de transporte desempenham um papel primordial.

A melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias interurbanas permitirá uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, nomeadamente das funções mais raras. O reforço da acessibilidade interurbana aumentará a complementaridade dos centros nas redes de proximidade, através do desenvolvimento de funções interdependentes que conduzam a economias de escala.

Para o desenvolvimento de condições que favoreçam o equilíbrio da rede urbana, torna-se necessário que exista uma coordenação entre os diferentes níveis de decisão e de planeamento e ordenamento do território.

A inserção da rede urbana europeia:

Numa lógica de integração na EU e de globalização da sociedade e dinâmica económica das regiões depende muito da capacidade que as cidades têm para se afirmarem internacionalmente, projetando a região do país.

A posição hierárquica das cidades mede-se, normalmente, pela sua dimensão demográfica, em particular pela sua capacidade de atrair população. Avalia-se também pela importância das funções que contribuem para o seu dinamismo, como a função universitária, a qualificação da mão-de-obra ou a relevância das atividades de investigação e desenvolvimento.

Abertura económica ao exterior- expressa pelo valor das exportações e das importações e do movimento dos portos e dos aeroportos, constitui também uma das formas de internacionalização do país e de avaliação da projeção externa das cidades. Lisboa e porto constituem as cidades portuguesas com maior expressão internacional relevante no sistema ibérico.

O poder de atração das cidades, avalia-se em boa medida, pela capacidade de atrair sedes de empresas multinacionais.

Torna-se necessário apostar na organização e no reforço da projeção económica e cultural das duas maiores aglomerações urbanas, mas a internacionalização das cidades passa também por um esforço de promoção e de marketing urbano.

Oportunidades para as cidades médias:

A melhoria das redes de transporte, nomeadamente a construção das ligações ferroviárias de alta velocidade, já projetadas, contribuirá para facilitar, a articulação entre os diferentes centros do sistema urbano nacional e a interligação aos grandes eixos urbanos europeus.

O estabelecimento de alianças interurbanas regionais e a participação em redes internacionais de cooperação interurbana contribuem para afirmar os centros urbanos de média dimensão. A emergência de novas dinâmicas de desenvolvimento baseadas em projetos-piloto, o reconhecimento do papel das novas tecnologias e a

crecente influência local e regional dos polos de ensino superior são também formas de promoção dessas cidades.

Parcerias- Formas de cooperação- entre as cidades e as áreas rurais, assentam em relações de interdependência que fomentam o desenvolvimento de ambas.

Os processos de crescente urbanização não se manifestam apenas no espaço. Traduzem-se também pela modificação das práticas quotidianas e dos consumos da população rural, cada vez mais próximos dos da população urbana e motivados por fatores como:

- A difusão dos meios de informação e comunicação;
- O alargamento das redes de transporte e o aumento da mobilidade individual;
- A proliferação das grandes superfícies nas periferias dos centros urbanos;
- A crescente interação entre a cidade e o espaço rural, cuja população cada vez mais se desloca diariamente para estudar ou trabalhar nos centros urbanos, assumindo referências simbólicas e culturais idênticas às da sociedade urbana.

O aumento das acessibilidades, pela construção e/ou melhoria das infraestruturas de transporte, tem permitido o alargamento das áreas de influência das cidades de regiões, predominantemente rurais e o acentuar dos movimentos pendulares em direções cruzadas, envolvendo os espaços rurais próximos dos centros urbanos.

As áreas rurais, tradicionalmente fornecedoras de bens alimentares, mão-de-obra e espaços/atividades de lazer, assumem funções complementares das cidades, oferecendo:

- Habitação, principal ou secundária;
- Novos produtos provenientes de atividades tradicionais recuperadas e da expansão de atividades urbanas;
- Emprego, nos serviços públicos e nas novas atividades que se instalam nas áreas rurais, muitas vezes para quadros médios e superiores.

O reforço das parcerias urbanas/rurais deverá criar condições de vida e oportunidades de realização pessoal e profissional para a população que opta por viver nos pequenos centros urbanos ou nas áreas rurais e passa por:

- Desenvolver serviços de qualidade, nos centros urbanos de pequena e média dimensão com a participação e para as áreas rurais envolventes;
- Revitalizar, diversificar e valorizar as economias rurais;
- Proteger e valorizar o património natural e cultural;
- Promover a complementaridade de competências e especializações económicas que aumentam a integração e a competitividade das regiões, contribuindo para a coesão territorial.

A influência das cidades sobre o mundo rural:

- Ao nível administrativo- finanças e tribunais;
- Ao nível de atração de população bem como, nas ofertas de emprego;

- Ao nível da influência, sobre a atividade agrícola (quer com os consumos quer com o escoamento dos produtos)

A influência do mundo rural sobre as cidades:

- Produtos agrícolas;
- Mão-de-obra;
- Oferta de espaços livres quer seja para atividades económicas quer seja para espaços verdes;
- Recursos energéticos;

Impactos sobre o espaço rural:

- Poluição do sol, do ar e da água;
- Turismo de massas;
- Descaracterização do modo de vida rural;

Áreas a desenvolver em espaço rural:

- Boas acessibilidades;
- Acesso às redes de comunicação e informação;
- Proximidade aos centros de saber- politécnicos ou universidades

LEADER, de apoio ao desenvolvimento rural, e as ações integradas de base territorial (AIBT), são outros exemplos institucionais de medidas que permitiram a cooperação rural/urbano, em torno de projetos de desenvolvimento.

A coordenação de ações e a cooperação entre as diferentes entidades responsáveis pelo ordenamento do território constituem o suporte para a promoção do desenvolvimento regional. A atribuição de novas competências às regiões, às autarquias e às associações de municípios através da integração de instrumentos de ordenamento do território, é uma forma de reforçar a intervenção e a responsabilidade local e regional no próprio processo de desenvolvimento. O planeamento adequado garante a sustentabilidade das estratégias e projetos e contribui para a coesão territorial, podendo impedir a excessiva pressão urbana sobre os campos mais próximos das cidades ou o abandono das áreas rurais em declínio agrícola.

Transportes

O desenvolvimento das redes e dos meios de transporte contribui decisivamente para o encurtamento das distâncias relativas, através da redução nos tempos e dos custos de deslocação. Criam dinamismo económico e social, e para além da sua importância na mobilidade de pessoas e bens, os transportes geram riqueza e empregam um grande número de pessoas.

Em Portugal, tem vindo a registar-se um grande desenvolvimento e modernização do sector dos transportes, tanto no domínio das infraestruturas, como no que respeita aos veículos, às empresas e à qualidade dos serviços. Esta evolução poderá ser um fator de desenvolvimento das regiões desfavorecidas, e conseqüentemente, de redução das assimetrias regionais.

Distância-tempo: tempo necessário para efetuar uma determinada deslocação usando um certo modo/meio de transporte. Pode ser representada num mapa através de isócronas – linhas que unem pontos de igual distância-tempo;

Distância-custo: despesa efetuada numa determinada deslocação, usando um certo modo/meio de transporte. Pode ser representado no mapa por isótimas – linhas que unem pontos de igual distância-custo;

Razões que levam a optar por um determinado transporte:

A importância relativa de cada modo de transporte depende da natureza do tráfego, do tipo de mercadorias, dos trajetos a percorrer e do custo das deslocações. Cada modo de transporte apresenta vantagens e desvantagens relativamente a outros, sendo mais utilizado nas situações a que se melhor se adequa.

Vantagens comparativas do ferroviário em relação ao rodoviário:

- no tráfego suburbano, pela maior segurança e rapidez (não enfrenta filas) e pelo menor impacto ambiental. Em Portugal houve um aumento de passageiros no tráfego ferroviário, devido à modernização dessas linhas e à expansão do metropolitano;
- no tráfego inter-regional de passageiros, com o desenvolvimento das linhas de alta velocidade;

Vantagens do transporte marítimo em relação ao transporte de mercadorias:

No tráfego externo de mercadorias, tanto para Portugal como para a EU, é o transporte marítimo que ocupa o primeiro lugar, por ser o mais adequado para o tráfego de mercadorias volumosas e pesadas. Este modo de transporte, com o aparecimento dos chamados navios rápidos, mais leves e velozes, e com a modernização dos portos marítimos, ganha ainda mais competitividade, sobretudo no que respeita às deslocações de curta e média distância.

Por isso, as opções da política de transportes a nível nacional e comunitário procuram um maior equilíbrio entre os diversos modos de transporte e uma redução do consumo de energias fósseis.

O transporte intermodal ou multimodal- conjugação de vários modos de transporte – associa vantagens e ajuda a ultrapassar desvantagens, próprias de cada modo de transporte, contribuindo para deslocações mais rápidas e mais económicas.

	Rodoviário
--	-------------------

Vantagens e desvantagens de cada modo de transporte em Portugal

Vantagens:	• Grande mobilidade de pessoas e de bens; • Cómodo; • Rápido; • Económico para pequenas e médias distâncias;
	Ferroviário • Itinerários flexíveis; • Económico para cargas pouco pesadas e volumosas; • Rápido nas operações de carga/descarga;
Desvantagens:	• Custos elevados de infraestruturas; • Infraestruturas muito consumidoras de espaço; • Elevada poluição; • Elevada sinistralidade; • Frequentes congestionamentos de trânsito; • Elevado consumo de combustível; • Pequena capacidade de carga;
Situação Portuguesa:	Apesar da significativa melhoria da cobertura rodoviária do território, a nível nacional e regional, continuam a persistir desigualdades na distribuição geográfica da rede de estradas. A rede rodoviária no Continente, é mais densa ao longo do litoral, onde se localiza também a maior extensão da rede fundamental, designadamente as principais autoestradas, em que se incluem os itinerários principais. Esta desigualdade relaciona-se, naturalmente, com os contrastes demográficos, económicos e sociais que marcam o nosso país.

Vantagens:	• Infraestruturas pouco consumidoras de espaço; • Baixo consumo energético; • Económico para médias e longas distâncias; • Pouco poluente;
	• Económico para mercadorias pesadas e volumosas; • Não há limite de número de passageiros;
	• Seguro; • Confortável; • Não existem congestionamentos
Desvantagens:	• Pouca flexibilidade nos itinerários; • Exige transbordo; • Elevados investimentos na construção de infraestruturas; • Elevados custos de manutenção; • Elevados custos de funcionamento; • Rigidez os horários;
Situação Portuguesa:	Nas áreas metropolitanas, nomeadamente o Porto, a criação do metro foi uma maneira de diminuir o congestionamento daquela área. A extensão da rede ferroviária nacional era, em 2007, de cerca de 3600 km, e, no seu todo encontra-se pouco modernizada. Os melhoramentos efetuados e os projetos de renovação previstos visam, principalmente, a modernização das vias de ligação internacional e de circulação Norte-Sul. A criação do serviço do comboio Alfa-Pendular é disso um bom exemplo. A criação do serviço do comboio Alfa-Pendular é disso um bom exemplo.

Vantagens:	• Económico para grandes distâncias; • Adequado para mercadorias pesadas; • Adequada para mercadorias de baixo valor monetário por unidade; • Elevada capacidade de carga;
	• Segurança; Aéreo
Desvantagens:	• Lentidão; • Exige transbordo; • Elevados investimentos na construção de portos; • Pouca competitividade para curtas ou médias distâncias; • Impróprio para produtos perecíveis; • Catástrofes humanas ou ambientais, em caso de acidente;
Situação Portuguesa:	São considerados portos principais os de Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines. Nas regiões autónomas, destacam-se os portos do Funchal e de Ponta Delgada. O porto que movimenta, anualmente, maior volume de mercadorias é o de Sines, onde se destacam os granéis- produtos transportados em depósito do próprio navio, como o petróleo, o carvão, etc. Lisboa é o primeiro porto no movimento de contentores. Aveiro e Leixões no de carga geral e Setúbal no de Ro-ro - entrada (roll-on) e saída (roll-off) de camiões carregados de mercadorias, em navios especializados, pelos quais eles próprios são transportados. Portugal situasse numa posição central em relação ao Atlântico, no cruzamento das principais rotas marítimas, beneficiando de portos de águas profundas, capazes de receber navios de grandes dimensões lado no tráfego de mercadorias de longo curso. O tráfego marítimo de passageiros tem pouco significativo no nosso país, embora nas regiões autónomas entre ilhas e como componente turística. No continente, assume algum relevo o tráfego fluvial de passageiros.

Vantagens:	• Rápido; • Seguro; • Confortável; • Adequado a mercadorias perecíveis;
	• Adequado a mercadorias de elevado valor monetário por unidade; • Adequado a mercadorias volumosas; • Adequado ao transporte de passageiros a longas distâncias;
Desvantagens:	• Elevada poluição sonora e atmosférica; • Elevados custos na construção e manutenção dos aeroportos;
	• Elevados custos de os aviões; • Pequena capacidade de carga; • Nas áreas de maior tráfego pode haver saturação do espaço aéreo; • Põe em risco a segurança de quem vive próximo dos aeroportos;
Situação Portuguesa:	Na rede nacional de aeroportos, destacam-se, em movimentos de passageiros os de Lisboa, Porto e Faro e, nas regiões autónomas, os do Funchal e de Ponta Delgada. Em Portugal continental, o interior é servido por diversos aeródromos. A rede de aeroportos serve sobretudo o tráfego internacional de passageiros e de carga. Nos aeroportos de Faro e do Funchal, o volume de tráfego internacional de passageiros está associado à importância do turismo no Algarve e na Madeira. O aeroporto que apresenta maior capacidade é o de Lisboa.

Vantagens:	• Adequado a transporte de produtos líquidos ou gasosos; • Baixos custos de transporte; • Pouco poluente;
Desvantagens:	• Elevados custos de infraestruturas; • Em caso de acidente pode ocasionar problemas ambientais;
Situação Portuguesa:	Em Portugal, a distribuição de gás natural e de derivados de petróleo é feita a partir dos pontos de entrada no território nacional. • O gás natural entra em Portugal através do gasoduto do Magrebe, e também pelo terminal de gás do porto de sinos, sendo distribuído pela rede nacional de gasodutos; • O petróleo chega a Portugal por via marítima e, através de oleodutos, às refinarias petrolíferas de Leça da Palmeira e de Sines. As linhas de maior potência encontram-se no litoral, onde se localizam as centrais termoelétricas e as áreas de maior consumo, e nos trajetos de ligação às áreas de maior produção hidroelétrica;

Para o desenvolvimento do país e para a sua integração plena nas redes europeias é fundamental proceder à modernização das infraestruturas e da logística do sector dos transportes.

Rede transeuropeia de transportes:

A política comum dos transportes (PCT), apesar de institucionalizada no tratado de Roma, tardou a ser definida e aplicada. Só no tratado de Maastricht foram traçadas as suas bases políticas, institucionais e orçamentos. Todavia, atualmente muitos dos problemas que se pretendia resolver com o PCT continuam por solucionar:

- Assimetrias geográficas ao nível das infraestruturas e das empresas e das empresas de transportes;
- Congestionamento de vários eixos europeus;
- Disparidades no crescimento dos diferentes modos de transporte, com um largo predomínio do rodoviário;
- Crescimento da dependência do sector dos transportes face ao petróleo;
- Aumento dos custos económicos e do impacto ambiental;

Livro Branco: é necessário:

- Dissociar a mobilidade dos seus efeitos secundários, designadamente o congestionamento, os acidentes e a poluição;
- Otimizar o potencial inerente a cada modo de transporte. Alguns modos de transportes, designadamente o fluvial, não utilizam plenamente as suas capacidades;
- Promover os transportes ecológicos e a utilização de modos mais respeitadores do ambiente, mais seguros e eficazes do ponto visto energético;

- Fomentar a intermodalidade;

Um dos objetivos da PCT é a construção da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) que engloba as infraestruturas e serviços necessários ao seu funcionamento.

As redes portuguesas dos diferentes modos de transportes tentem a integrar-se cada vez mais nas redes europeias, já que no programa operacional de acessibilidade e transportes 2000-2006, foram definidos os grandes corredores de tráfego internacional de ligação à europa.

De acordo com as orientações da política comunitária de reequilibrar a distribuição modal e de revitalizar o transporte ferroviário, a rede europeia de alta velocidade assume uma grande importância. A construção da rede ferroviária de alta velocidade (RAVE) é uma das condições necessárias para a integração de Portugal na rede transeuropeia de transportes, principalmente se esta contemplar o tráfego de mercadorias.

A integração das redes portuguesas dos diferentes modos de transporte nas redes comunitárias implica também um grande investimento na inovação tecnológica, em domínios como a intermodalidade, o desenvolvimento de modos de transporte mais seguros e menos poluentes e de sistemas de transporte inteligentes.

Redes transeuropeias de distribuição e transporte de energia:

O sector de transporte e a distribuição de energia é considerado fundamental para a consolidação da UE é um espaço de dependência energética, sobretudo relativamente aos combustíveis fósseis.

Objetivos:

- Aumentar a competitividade da UE face ao exterior;
- Fazer um melhor aproveitamento energético- aumentar a eficiência;
- Garantir o abastecimento em todo o território comunitário;

Na construção das redes transeuropeias de energia são prioridades:

- No sector da eletricidade- a conexão de redes ainda isoladas, a ligação entre as redes de todos os estados-membros e o desenvolvimento de ligações com estados terceiros;
- No sector do gás natural, a sua introdução em novas regiões, o aumento da capacidade de receção e armazenamento e o alargamento das redes de distribuição.

Os projetos prioritários na construção da rede transeuropeia de eletricidade têm em conta não só o mercado interno, incluindo os doze nove membros, mas também as ligações aos países candidatos e ao norte de África;

A rede transeuropeia de gás natural, inclui ainda ligações a todo o leste europeu e a vários países da Ásia. A preocupação de garantir ligações a uma diversidade grande de países exportadores de gás natural com a dependência externa face a esta fonte de energia e com a instabilidade política e social de alguns países.

Ciberespaço- espaço virtual. Termo usado habitualmente para indicar um lugar de troca de informação de telecomunicações.

Importância das telecomunicações:

Dinamizam as atividades económicas e das relações interterritoriais. Aumentam a produtividade de outras atividades e, simultaneamente, geram novos sectores produtivos, desde a investigação, à indústria de equipamentos e consumíveis e aos serviços que lhes associam.

Distribuição espacial das redes de telecomunicação:

A repartição espacial das redes de telecomunicação apresenta alguns contrastes que se explicam pela maior concentração de população e das atividades económicas no litoral. Porém, todo o território português está coberto de redes de serviços essenciais.

A rede de telecomunicações que liga o continente às regiões autónomas é constituída, essencialmente, por cabos submarinos de fibra ótica. O anel ótico dos açores une as diferentes ilhas do arquipélago. Mais recentemente, a madeira e o porto santo também estão ligados entre si por um cabo de submarino de fibra ótica.

Portugal encontra-se ligado ao mundo através dos serviços internacionais de comunicação por satélite, incluindo o satélite português POSAT 1, e de uma rede de cabos submarinos de fibra ótica.

Inserção nas redes europeia

O desenvolvimento tecnológico exige uma sociedade de informação inclusive onde o conhecimento é um valor ético, cultural e económico fundamental que deve promover a criação de riqueza e emprego, a qualidade de vida e o desenvolvimento social.

Em Portugal, a iniciativa internet, foi o primeiro plano de ação para a sociedade de informação. Surgiu um instrumento complementar do programa Europa 2002.

O programa operacional sociedade do conhecimento (POSC) surgiu do seguimento do programa anterior programa operacional sociedade da informação (POSI) e constitui, em Portugal, o principal instrumento financeiro de desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

Ligar Portugal também foi um dos grandes programas.

Outros planos e programas têm sido adotados com o mesmo objetivo de dotar o nosso país e o espaço comunitário dos meios e saberes necessários para responder aos desafios da nossa sociedade de informação. Ex: programa galileo.

O papel das TIC no dinamismo dos espaços geográficos:

Os fluxos de informação tendem, assim, a ser cada vez mais rápidos e intensos, aumentando os contactos e o intercâmbio entre áreas geograficamente distantes. Nesta sociedade global, são cada vez mais comuns o Comércio- realização de negócios e transações comerciais à distância e teletrabalho que permite a realização do trabalho a partir de casa sem a deslocação física do trabalhador.

TIC – fator de aproximação mas também de desigualdade:

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação permite reduzir as distâncias e aproximar agentes económicos e pessoas de todo o mundo. Todavia, porque contribuem para o desenvolvimento económico e social, as

diferenças no acesso e na capacidade de uso dessas tecnologias aumentam as desigualdades entre as regiões do mundo e de cada país entre os cidadãos.

As possibilidades de acesso e a capacidade de utilização das tecnologias da informação e comunicação são diferentes consoante o desenvolvimento das regiões.

Ações que pretendem diminuir as desigualdades de acesso às TIC:

- Criação de espaços de utilização gratuita da internet;
- O esforço da ligação de todas as escolas públicas à internet;
- A inclusão de aprendizagem de utilização das TIC nos novos currículos.

Também com o objetivo de reduzir as desigualdades, foi criado em 1986, a nível comunitário, o programa STAR, já concluído, que englobou, um conjunto de ações especiais no domínio das TIC, para promover a introdução e o desenvolvimento de serviços e redes avançados nas regiões periféricas menos favorecidas da UE.

União Europeia:

A CEE nasceu a 25 de março de 1957 após a assinatura do tratado de Roma. Formada inicialmente por seis pais (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, França, Itália). Tinha como objetivos:

- Manutenção da paz na Europa;
- Desenvolvimento económico e o crescimento da economia;
- Aumento da qualidade de vida.

Posteriormente a Comunidade foi se alargando:

- Em 1973 registou-se o primeiro alargamento com a adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca;
- Em 1981 entrou para a CEE a Grécia dando origem ao segundo alargamento;
- Em 1986 foi a vez de Portugal e de Espanha (terceiro alargamento)
- A reunificação da Alemanha conduziu-o na integração da RDA a partir de 3 de Outubro de 1990, na sequência da queda do muro de Berlim (9 de Novembro de 1989)
- Nos anos de 90 os objetivos da comunidade foram reformulados e houve uma aposta no sentido da união política. Estas alterações foram consequência do tratado de Maastricht (Fevereiro de 1992) e marcaram a passagem da CEE a atual EU.
- 4º Alargamento ocorreu em 1995 (com a adesão de três países (Áustria, Suécia, Finlândia)
- 5º alargamento aderiram 10 países em 2004 (Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Malta e Chipre)
- Em 2007, sexto alargamento com a entrada da Roménia e da Bulgária;
- Nestes países existem novos países candidatos.

Capitais dos países da EU:

Fundadores:

- Bélgica- Bruxelas;

- Holanda- Amesterdão;
- Luxemburgo- Luxemburgo;
- Alemanha-Berlim;
- França – Paris;
- Itália – Roma;

1ºalargamento:

- Reino Unido- Londres;
- Irlanda – Dublin;
- Dinamarca- Copenhaga;

2º Alargamento:

- Grécia- Atenas;

3ºalargamento:

- Portugal – Lisboa;
- Espanha- Madrid;

4ºalargamento:

- Áustria- Viena;
- Suécia- Estocolmo;
- Finlândia – Helsínquia;

5ºalargamento:

- Estónia – Tallinn;
- Letónia – Riga;
- Lituânia – Vilnius;
- Polónia – Varsóvia;
- República checa- Praga;
- Eslováquia – Bratislava;
- Eslovénia – Liubiana;
- Hungria- Budapeste;
- Malta- La Valetta;
- Chipre- Nicósia;

Países candidatos:

- Kosovo – Pristina;
- Croácia – Zagreb;
- Bósnia- Herzegovina Sarajevo;

- Albânia – Tirana;
- Sérvia – Belgrado;
- Macedónia- Skopje;
- Montenegro- Podgorica;
- Islândia – Reiquejavique;

Tratados e acontecimentos fundamentais da EU:

- Tratado de formação da CECA- Paris, 1951.
- Tratado de formação da CEE – Roma, 1957.
- Tratado da adesão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, 1972
- Criação do conselho da europa, 1974
- Tratado da adesão da Grécia. Atenas, 1979
- Tratado de Portugal e de Espanha- Lisboa, Madrid, 1985;
- Tratado do ato único europeu, Luxemburgo 1986;
- Reunificação da Alemanha- Inclusão da antiga RDA 1990;
- 1ª Presidência de Portugal 1992;
- Tratado da EU (tratado de Maastricht) Maastricht (Holanda) 1992;
- Entrada em vigor do mercado único 1993;
- Tratado de adesão da Áustria, Finlândia e suécia- Corfu (Grécia) 1994
- Tratado de Schengen (Schengen, Alemanha) 1995;
- Criação do “pacto de estabilidade e crescimento” – 1ª condição para o euro. Dublin 1996;
- Conselho de Amesterdão – Amesterdão, 1997.
- Entrada em vigor do sistema monetário europeu e de uma moeda único- o euro- 1999;
- 2ª Presidência de Portugal – 2000;
- Cimeira de Nice- alargamento de Leste 2000;
- Entrada em circulação do euro 2002;
- Alargamento a leste 2004 e 2007;
- Tratado de Lisboa, Lisboa 2007.

Alargamento a Leste:

Só foi possível no princípio da década de 90, com a queda dos regimes comunistas;

A adesão dos novos estados-membros, tal como a dos novos países candidatos dependem de determinadas condições a cumprir antes da adesão. Estas condições dizem respeito a aspetos políticos e económicos e à capacidade de transposição, para o direito interno de cada país de todas as normas políticas comunitárias, de modo a não colocar em causa os objetivos comunitários e caminhar no sentido de uma união cada vez mais efetiva e profunda.

Critérios de Copenhaga:

- Que o país candidato disponha de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, e o respeito pelas minorias e a sua proteção- Critério político;
- Que o país candidato tenha uma economia de mercado em funcionamento e a capacidade para responder à pressão da concorrência e às forças de mercado dentro da EU – critério económico;
- A capacidade dos candidatos para assumirem as suas obrigações, incluindo a adesão aos objetivos de união política, económica e monetária- critério jurídico;

Apoios comunitários à adesão dos países a leste...

- Aumento substancialmente as ajudas financeiras de pré-adesão;
- Abriu alguns programas comunitários;
- Criou dois novos instrumentos específicos:
 - O IEPA- instrumento estrutural de pré-adesão. Destinado a financiar a convergência com as normas comunitárias de infraestruturas em matéria de transportes e ambiente;
 - O SAPARD- programa especial para a agricultura e desenvolvimento rural;
- Reforçou o PHRA – polónia e Hungria: assistência para recuperar a economia;

Alargamento: desafios e oportunidades:

- A expansão do mercado único que passou de cerca de 370 milhões de para quase 500 milhões de consumidores;
- O reforço da posição da união no contexto político internacional e no mercado mundial;
- A superfície e a população aumentaram significativamente;
- Deu-se um empobrecimento em termos gerais, pois na maioria dos novos países-membros, o PIB por habitante era bastante inferior à média comunitária.
- A maior heterogeneidade económica, social e cultural implica, agora, maiores esforços de conciliação de interesses, na procura de consensos e na tomada de decisão;
- Necessidade de adaptação das principais políticas comunitárias e da composição e funcionamento das instituições da união europeia.

Para Portugal, desafios e oportunidades:

Com o alargamento, Portugal enfrentou também novos desafios. Geograficamente, tornou-se mais periférico e, desde logo, viram reduzidos os fundos estruturais, já que a média comunitária do PIB por habitante baixou e algumas regiões portuguesas situam-se, agora,

acima dela. Além disso, há maior concorrência para as exportações portuguesas e na captação de investimento estrangeiro, pois os novos estados-membros tem algumas vantagens:

- Encontram-se de um modo geral, mais perto dos países da EU com maior poder de compra;
- Possuem mão-de-obra instruída e qualificada e, em alguns casos, com remuneração média inferior;
- Alguns desses países apresentam uma maior produtividade do trabalho;

No entanto, os novos estados-membros têm economias menos desenvolvidas e Portugal apresenta algumas vantagens atrativas para o investimento estrangeiro e importantes para a competitividade das empresas:

- Melhores infraestruturas e estruturas produtivas mais organizadas;
- Maior desenvolvimento social;
- Maior estabilidade política e económica;
- Um sistema bancário mais eficiente e credível;

Para vencer o desafio, há que aproveitar as oportunidades e mais-valias dos alargamentos:

- Maior possibilidade de internacionalização da economia portuguesa e alargamento do potencial mercado consumidor de produtos portugueses;
- Participação no maior mercado comum do mundo, que abre oportunidades a Portugal, tanto na europa como a nível mundial;

Instituições da UE

Conselho europeu	Conselho da UE	Parlamento europeu	Comissão Europeia	Tribunal de justiça
-------------------------	-----------------------	---------------------------	--------------------------	----------------------------

Foi instituído juridicamente pelo tratado de Maastricht, que lhe conferiu estatuto oficial. É composto pelos chefes de estado e dos governos da UE e pelo presidente da comissão europeia, reunindo-se duas vezes por ano. É o órgão orientador, impulsionador e coordenador das políticas da UE	Anteriormente designado como conselho de ministros, é composto pelos ministros de cada estado-membro responsáveis pelas matérias inscritas na ordem de trabalhos. A presidência do conselho é exercida rotativamente durante seis meses por cada país da EU. É o órgão que representa os interesses de todos os estados-membros e é o principal responsável pela PESC e pela justiça e assuntos internos	É a voz democrática das populações da Europa. É o único órgão eleito diretamente pelos cidadãos, por sufrágio universal, de cinco em cinco anos. As suas principais funções: - Examinar as propostas da comissão; - Participar nas ações legislativas através do processo de codecisão; - Investir, controlar e poder demitir a comissão; - Aprovar e controlar a execução do orçamento; - Nomear o provedor de justiça;	Funções: - Redigir as propostas de novas legislações que apresenta ao parlamento e ao conselho da EU; - Garantir a aplicação dos tratados da legislação e das políticas comunitárias; - Controlar a aplicação dos fundos comunitários; - Gerir o orçamento comunitário; A comissão assegura ainda a representação externa da EU, exceto no que respeita à política externa e de segurança comum.	Garante a aplicação harmoniosa da legislação comunitária nos vários estados-membros; Resolve diferendos sobre a interpretação dos tratados e da legislação. É formado por juizes independentes, de cada estado-membro- Fica situado no Luxemburgo;	Tribunal de contas: Compete ao tribunal de contas verificar se os fundos comunitários estão a ser usados de forma legal e nos fins previstos. Assegura a boa aplicação dos dinheiros dos contribuintes; Elabora anualmente um relatório sobre o exercício do orçamento anterior a coadjuva o conselho da EU e o parlamento no controlo da execução do orçamento.
--	--	---	---	---	--

Comité económico e social	Comité das regiões	Banco central europeu	Provedor de justiça europeu	Banco europeu de investimentos
Representa os interesses dos	É constituído por	Gere a política monetária	Ocupa-se das queixas de	É uma organização sem

grupos económicos e sociais, sendo compostos por representantes dos empregadores, dos trabalhadores e das atividades específicas. É um órgão consultivo que emite pareceres sobre novas iniciativas da EU. Os seus membros são nomeados pelo conselho da EU por um período de 4 anos	representantes dos órgãos da administração local e regional, nomeados por 4 anos pelo conselho da EU. É um órgão consultivo e pode ser consultado sobre diversas matérias de interesse regional e local pelo parlamento ou pela comissão. No entanto pode também emitir pareceres.	européia, decidindo, por exemplo sobre taxas de juro. O seu principal objetivo é garantir a estabilidade e o crescimento da economia.	qualquer cidadão ou pessoa singular ou coletiva na administração de qualquer instituição ou órgão da EU. No caso de detetar má administração, apresentará a um inquérito. O provedor é nomeado pelo parlamento. Anualmente apresenta um relatório da sua atividade ao parlamento.	fins lucrativos- Concede empréstimos em condições favoráveis para projetos de investimento de interesse europeu, especialmente às regiões mais pobres, que contribuam para a criação de emprego e fomentem o crescimento. Apoia o financiamento o alargamento.
--	--	---	---	--